



# SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

## ANAIS





## SUMÁRIO

<b>Processos formativos e educação ambiental</b> -----	4
Fazendo arte na cozinha-----	5
Representatividade de classe na pesca artesanal-----	8
Um diálogo sobre economia solidária e desenvolvimento sustentável-----	11
A práxis educativa no trabalho do técnico social: articulações no cotidiano projeto de macrodrenagem na cidade do rio grande -----	15
Artesanía indígena y educación ambiental-----	18
Educação popular e economia solidária: a qualificação socioprofissional no âmbito da associação bem da terra-----	21
<b>Produção, Consumo Responsável, Comercialização e Comércio Justo</b> -----	24
Grupo mãos na massa-----	25
Núcleo de consumo responsável armazém de economia popular solidária: geração de trabalho e renda no extremo sul brasileiro-----	28
A economia popular solidária e o trabalho mulher-----	31
Cooperados ou agentes ambientais? – um estudo de caso em uma cooperativa de catadores em São Jose Do Norte – RS-----	34
Economia solidária no campus rio grande do IFRS – Inserindo a comunidade do IFRS na rede de economia solidária do Município do Rio Grande/RS-----	37
Fermentação natural como potencial instrumento de reflexão crítica do consumo consciente rumo à economia solidária-----	39
<b>Tecnologias Sociais e suas relações com a Economia Solidária e Cultura Viva</b> -- -----	42
A construção da autogestão no núcleo de produção de artesãs da associação bem da terra - Pelotas/RS-----	43
A práxis da economia solidária e da agroecologia frente a um processo de recuperação de dependentes químicos-----	46
Os desafios do núcleo de economia solidária e incubação de cooperativas (NESIC) junto à comunidade terapêutica casa do amor exigente (CAEX): a implementação de um projeto de tecnologias sociais no âmbito de uma comunidade terapêutica-----	49
<b>Extensão Universitária e Movimentos Sociais</b> -----	51



Cooperação sul-sul do comércio justo: estudo comparativo entre Colômbia e Brasil -----	52
Grupo de gestantes como prática social: relato de experiência de acadêmicas de enfermagem nos cuidados com o recém-nascido-----	55
Pré-Universitário popular Quinta superação: diálogos e resistência em um cenário de mudança-----	58
Projeto de extensão: “minha terra tem palmares onde vive o mergulhão” – artesanato, cultura e produção de saber e renda-----	61
Ações de extensão do grupo pet turismo: pet social e seu diálogo com a comunidade -----	63
Associação de produtores/as Bem Da Terra: entre o espaço público e o privado -----	66



# Processos formativos e a educação ambiental





## FAZENDO ARTE NA COZINHA

### Processos formativos e a educação ambiental

Maria Odete da Rosa PEREIRA

Universidade do Rio Grande (FURG)

J. R. Pereira<sup>1</sup>; C. R. Pereira<sup>2</sup>.

### Introdução

O presente trabalho se trata do relato de experiência que ocorre em duas cozinhas pedagógicas que se desenvolvem no contexto de um projeto de Educação Ambiental no Norte Fluminense, tal projeto é consequência das ações do licenciamento ambiental federal do petróleo e gás na Bacia de Campos e é conduzido pelo IBAMA. A empresa executora do projeto é a consultoria TRANS FOR MAR onde atuam as autoras deste trabalho com a orientação metodológica de docentes da universidade (FURG).

### Metodologia

O trabalho com as cozinhas pedagógicas visa desenvolver novas relações de produção mas também novas formas de relacionamento humano entre as mulheres que habitam as comunidades pesqueiras do Norte Fluminense. A didática que se utiliza no processo educativo atende a perspectiva da educação popular trabalhando conceitos da educação ambiental transversalmente. De acordo com Layrargues e Loureiro (2000) a educação ambiental é antes de tudo educação por tratar-se de processo longo e complexo e não de ações pontuais e desconectadas.

As ações nas cozinhas são alternadas entre momentos de reflexão e estudo e produção de alimentos, receitas culinárias e experimentos de aprendizagem. Para condução pedagógica das atividades trabalha-se com a arte educação e dinâmicas corporais com elementos do teatro do oprimido. A intencionalidade pedagógica é o descortinamento da realidade e a criação de consciência crítica objetivando ações de intervenção seja na gestão pública, seja forjando melhores condições de vida das próprias participantes através da geração de renda alternativa.

O projeto se desenvolve há 8 anos e as cozinhas há 4 anos, até o presente momento se fez oficinas de *estêncil*, *fanzine* e se construiu livro coletivo que retratou a retrospectiva anual do projeto, também se trabalhou oficina de áudio visual e spots de rádio. Além de oficinas que refletiram sobre os desafios do trabalho coletivo nas cozinhas onde se pensou as regras de convívio e utilização dos espaços físicos. No

---

<sup>1</sup> Joezele da Rosa Pereira, Artes Visuais, especialista em psicopedagogia, consultora autônoma da empresa TRANS FOR MAR Consultoria Ltda.

<sup>2</sup> Clara da Rosa Pereira, doutoranda do programa de pós graduação em Educação ambiental (PPGEA- FURG).



cotidiano se desenvolvem visitas domiciliares, e mobilizações, além das específicas oficinas culinárias.

### **Desenvolvimento**

A pesquisa se dá na forma de observação participante por parte das autoras assim como através de alguns espaços de grupo focal onde se propõe discussão de temas geradores utilizando-se de Mello (2005) como orientação metodológica. Os resultados foram apresentados em forma de artigo e também compartilhados em eventos no espaço universitário, como por exemplo, no Fórum Paulo Freire - 2017 e no REDOR – XX Encontro Feminista da Rede Norte e Nordeste, pesquisa e estudo sobre Mulher e relações de gênero – 2018. Há também uma publicação no projeto “Mulheres da Pesca”( <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/projeto.php>) e várias apresentações à comunidade e espaços de discussão com outros projetos. No entanto na elaboração dos roteiros pedagógicos e no planejamento didático das atividades que encontra-se o maior aprendizado tanto de quem educa, ou seja as educadoras, quanto de quem se pretende educar, aqui pode-se dizer que há a evidencia viva do mestre Paulo Freire (no interior de suas obras).

Desta forma, toda e qualquer atividade, seja de arte, educação ambiental ou autogestão (economia solidária), é precedida por um planejamento conjunto com as participantes do projeto as quais denominamos de educadoras populares por entender que são sujeitas da aprendizagem e possuem o direito de participar das escolhas e decisões que dizem respeito ao seu processo educativo.

### **Considerações Finais**

Pode-se afirmar que as próprias cozinhas pedagógicas são resultados do processo desenvolvido no interior do projeto sendo elas um desejo das próprias participantes que concretizou-se através de uma ação de compensação das atividades de petróleo e gás mas que só foi possível por elas estarem organizadas. Alguns resultados concretos dos últimos 3 anos estão relacionados abaixo:

- *Desenvolvimento da metodologia consolidada em proposta executiva, aprovada pelo órgão licenciador, sem ressalvas, expressos nos seguintes documentos:*
  - *1 Plano de Trabalho com proposta de educação ambiental atendendo ao conceito de vulnerabilidade da NT 01/10, prevendo equipe técnica capacitada ao trabalho com as sujeitas do processo educativo;*
  - *5 roteiros pedagógicos semestrais;*
  - *30 cronogramas mensais de atividade;*
  - *5 relatórios analítico-descritivos semestrais.*
  - *Produção de material audiovisual – vídeos, fanzine, registros fotográficos como instrumento de produção e sistematização do conhecimento no âmbito do PEA*



- *Desenvolver e consolidar o vínculo entre as mulheres, sujeitas do processo educativo, e a equipe técnica, bem como reforçar a mobilização das mulheres e suas comunidades, por meio de realização de 2.319 visitas domiciliares.*
- *Consolidação das Cozinhas Pedagógicas como espaço de ensino-aprendizagem coletiva e democrática;*
- *Produção coletiva como resultado das aprendizagens nas cozinhas pedagógicas;*
- *Troca de experiências com os grupos organizados de mulheres que desenvolvem o trabalho associado, produção coletiva e preservação do legado cultural;*
- *Desenvolvimento da autogestão pelas vivências na condução de atividades pedagógicas do PEA FOCO por meio da realização;*
- *16 Produções nas cozinhas pedagógicas durante os minicursos e oficinas;*
- *35 produções de lanches para as rodas de conversa comunitárias;*
- *Produção de brindes (doces bem-casados) para o Seminário dos PEAs (PCS-BC);*
- *Produções para duas feiras territoriais da agricultura familiar;*
- *Produções para duas Festas da Padroeira de Atafona - Nossa Sra. da Penha.*
- *Condução, por parte das mulheres, de reuniões nas três esferas com ênfase nos núcleos comunitários;*
- *Planejamento e mobilização comunitária conjunta com a equipe para identificação das iniciativas de economia criativa;*
- *Planejamento das produções nas cozinhas pedagógicas;*
- *Coordenação da produção dos lanches nas cozinhas;*
- *Atuação como multiplicadoras em 9 rodas de conversa durante no processo de avaliação ocorrido no Momento V;*
- *Planejamento e auxílio na condução do 3º. Encontro de Mulheres através de uma comissão formada **por 13 Mulheres.***

Por fim entende-se que o tripé da economia solidária, a educação ambiental e a educação popular permeada pelas ações da arte educação proporcionam um aprendizado significativo e permitem que as sujeitas da aprendizagem construam seus conhecimentos com base nas próprias experiência e na possibilidade de acesso a novas aprendizagens.

### Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOUREIRO, C.F.B; LAYARGUES, P.P; CASTRO, R. S. de **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate**. São Paulo. Cortez. 2000.
- MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular: Da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Isis, 2005. 106 p. \_\_\_\_\_.
- Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama Nº 01/10. 10 de fevereiro de 2010. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010. [ [Links](#) ]



## REPRESENTATIVIDADE DE CLASSE NA PESCA ARTESANAL

### Processos Formativos e a Educação Ambiental

#### Universidade Federal do Rio Grande – FURG

**Felipe da Silva Justo<sup>1</sup>; Clara da Rosa Pereira<sup>2</sup>; Ederson Pinto da Silva<sup>3</sup>; Lúcia de Fátima Socowski de Anello<sup>4</sup>.**

#### Introdução

São comuns os conceitos que definam ou expliquem sindicatos, associações, organizações, mas o mesmo não ocorre ao se buscar o que define a representatividade dos pescadores artesanais: Quem os representa? Como são representados? São todos representados? Essas perguntas instigam a construção do presente trabalho, que se propõe a questionar acerca dessa alegada representação. Observando o texto constitucional brasileiro e sua manifestação acerca da equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos, tal pode não ser compreendido pela classe, que possui peculiaridades nas suas relações com a atividade, se comparados aos demais trabalhadores. Importante questionar o papel do Estado e suas tratativas para controlar a classe, assim como os desafios interpostos pela contemporaneidade, questões ambientais, sociais, efeitos da poluição e globalização. Tais questões irão impactar a vida e a atividade dos pescadores e pescadoras artesanais e o seu modo de viver e reprodução de conhecimento, bem como a pertinência da Educação Ambiental nessas relações.

#### Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da análise do atual contexto de representatividades numa perspectiva da classe dos pescadores e pescadoras artesanais, com foco na cidade do Rio Grande, situada no estuário da Lagoa dos Patos, localidade sob impacto direto das transformações sociais, urbanas, turísticas e econômicas que estão ocorrendo, motivados pelo avanço do capital.

#### Desenvolvimento

Compreende-se que após a Constituinte de 1988, as associações, que já atuavam em prol de seus associados, mesmo durante os períodos do Regime Militar, passam a gozar das devidas garantias constitucionais, imprescindíveis para a sua plena atuação e luta pela garantia dos direitos de seus associados, entretanto, pouco mais de 30 anos da Constituição Federal (BRASIL, 1998), percebe-se um retrocesso nessas políticas sociais. Assim, é com o advento dos desmontes institucionais que os pescadores artesanais necessitam da consolidação de uma coletividade fortalecida e alinhada, para que possam resistir aos avanços e desafios da contemporaneidade, e assim subsistir e sobreviver nesse modelo de sociedade que se desvela. A questão

<sup>1</sup> Mestrando em Educação Ambiental (PPGEA/FURG); Bacharel em Direito (FURG); integrante do Grupo de Pesquisa Cidadania, Direitos e Justiça – CIDIJUS (CNPq). Bolsista da CAPES. [felipejusto@furg.br](mailto:felipejusto@furg.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação Ambiental. PPGEA/FURG. Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: [claradarosapereira@yahoo.com.br](mailto:claradarosapereira@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutorando em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande (2017). Bacharel em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (2008) e Especialização em Gestão Pública - UFRGS. E-mail: [ederson.tga@gmail.com](mailto:ederson.tga@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Educação Ambiental. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG. E-mail: [luciaanello@furg.br](mailto:luciaanello@furg.br)



sob escrutínio se baseia no fundamento legal, como se observa da leitura no exposto pelo texto constitucional, pois não se pode compreender as Colônias de Pescadores numa mesma perspectiva que sindicatos, tal qual exposto na equiparação do parágrafo único, da referida legislação. Diferente da pesca industrial, que captura uma quantidade muito grande, o pescador artesanal trabalha com uma série de limitações, inclusive do transporte e armazenamento, pois não dispõe de estrutura para grandes quantidades. Claro, isso se fossemos supor que há suficiente recurso pesqueiro nos estuários, o que não é factível. Isso é manifestado por Moura (2016, p. 22), ao dizer que

podemos afirmar que os pescadores artesanais têm sofrido diretamente as consequências do processo de degradação ambiental e de exploração da força de trabalho, sendo expropriados de si mesmo e da natureza, por meio do trabalho alienado, gerando, por vezes, incertezas em relação ao futuro da profissão, em decorrência de diversos fatores, tais como, a crescente poluição das águas e o conseqüente declínio do chamado recurso pesqueiro, seja pela pesca predatória, pela pesca industrial, mudanças climáticas, especulação imobiliária em áreas litorâneas, turismo, dificuldade de acesso às políticas públicas e de compreensão e adequação ao excessivo e, muitas vezes, contraditório regramento para o setor, além de tantos outros fatores que intervêm direta e indiretamente nesta atividade.

Como manifestado pela autora, a atividade vem sofrendo cada vez mais com os adventos da modernidade e desafios com os avanços das formas de exploração social e econômica, que são oriundos da atual forma do mercado produzir e manter as desigualdades que garantem seu lucro enquanto se promove a desigualdade e miséria. Posto tais observações, se faz premente observar os dizeres de Paulo Freire (FREIRE, 2014), no que se refere a educação e práxis de um educador, no emaranhado das relações humanas, para uma correta e adequada consolidação de seu discurso e práxis, dada a importância da educação e da ação dialógica na superação das relações entre opressores e oprimidos, devem semear essa criticidade em seus discursos e práticas. É de suma importância que o educador e educadora ambiental mantenha e reproduza essa ética crítica, como aponta Pereira (2006, p. 53)

[...] temos o dever, como educadores, de propor novas possibilidades, quando essa constitui motivo de alienação e mantenedora do status quo, construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social.

Para mais do que apenas dialogar, nossos passos devem se alinhar com a direção de nossa fala. Nesse contexto, além de se observar a questão da representatividade da classe que realiza a pesca artesanal, para além de buscar delimitá-los, pode se questionar se há necessidade de tal ato. Como dito por Acselrad et al. (2009, p. 16)

[...] o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o 'meio ambiente' é considerado em sua totalidade incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades.

Assim, numa perspectiva pautada pela Educação Ambiental, para além de buscar uma definição, propor que essas pessoas tomem por mesmas as rédeas de sua situação na atual conjuntura, não se limitando aos desígnios de um termo ou representação, mas possam, enquanto sujeitos que apreendem e ensinam, consolidar e construir algo para além do que já está posto, seja sindicato, seja a Colônia, sem



limitar o possível alcance de uma nova maneira de se organizarem, para que possam, diante do que estamos vivendo globalmente, garantir uma vida digna e com voz na sociedade, para defender e lutar por seus direitos.

### **Considerações Finais**

No decorrer deste trabalho, para além das ponderações realizadas, deseja-se demonstrar que não há possibilidade de se delimitar o local ocupado pelos pescadores e pescadoras artesanais na sociedade, pois a classe não se compara ou se limita tal qual os sindicatos e associações. A atividade em si já torna essas pessoas sujeitos de uma natureza conectada e interligada ao meio ambiental e social de uma localidade, interagindo com os contextos sociais e naturais, permeando por entre as áreas. Assim, em que se questione a existência e eficácia das Colônias e associações no que se refere à representatividade, se compreende que de nada servirá estarem sob pálio de uma entidade, se o coletivo não se perceber alcançado por tal. Isso por conta de que a comunidade e os sujeitos necessitam despertar a consciência de classe, para que tal representação seja percebida e então construída no íntimo de cada homem e mulher. Na realidade, é por meio de uma atividade educadora que se possibilitará o crescimento ou surgimento de uma percepção sobre o que se manifesta no meio, de forma que assim, cada sujeito impulsione o coletivo e o coletivo questione o sujeito, no intuito de se consolidar ou formalizar uma comunidade que se represente, com ou sem entidade de classe, colônia ou associação. Tais organizações serão resultantes da atividade da comunidade, e não o inverso. Portanto, para que se alcance a representatividade, esta deve ser oriunda dos próprios pescadores e pescadoras artesanais, nativo em sua origem, sem imposições ou suposições, e se não for assim, será novamente, o mesmo que o Estado já fez com a instituição das Colônias de Pesca: forçar a classe a se submeter, enquanto deveriam se subverter.

### **Referências:**

- ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental In: Encontro e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. 2005. p. 217 - 228.. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/encontros.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf) Acesso em: 24 out. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 24 out. 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- MOURA, Danieli Velela. A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica. 2006. 241f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande. 2016. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011005.pdf>. Acesso em 20 de out. 2019.
- PEREIRA, Maria Odete da Rosa. Educação Ambiental Com Pescadores Artesanais: Um Convite À Participação. Rio Grande: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2006. Disponível em: [https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde\\_arquivos/5/TDE-2006-07-03T141639Z-31/Publico/Dissertacao%20Maria%20Odete.pdf](https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2006-07-03T141639Z-31/Publico/Dissertacao%20Maria%20Odete.pdf). Acesso em 20 de out. 2019.



## UM DIÁLOGO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Tema Gerador: Processos formativos e a educação ambiental**

**Coordenadora da atividade: Ednalva Felix das NEVES**

**Universidade: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).**

**Autoras: E.F. NEVES<sup>1</sup>; T. J. N. ARAÚJO<sup>2</sup>; R. I. P. PAULI<sup>3</sup>; S.V. OLIVEIRA<sup>4</sup>.**

### Introdução

A Economia Solidária tem como objetivo central a defesa dos princípios e práticas que concebem o ser humano como centro das preocupações, ao invés da defesa de lucros. Neste contexto, por considerar o ser humano na sua integralidade – como sujeito e finalidade da atividade econômica – busca não apenas a equidade social, mas também, a sustentabilidade ambiental, e acaba assumindo o centro de perquirições, especialmente devido ao ideário moral e ético em relação à natureza.

O principal objetivo deste artigo é promover um diálogo entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, buscando entender de que maneira os temas se relacionam entre si.

### Metodologia

O artigo resulta de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental

### Desenvolvimento

A abordagem padrão da economia neoclássica baseia-se no pressuposto de que todo bem ou recurso ambiental não incluído no mercado pode receber uma valoração monetária adequada. Para os defensores desta visão, esse artifício conseguiria reverter a tendência à exaustão dos recursos naturais, bem como a degradação ambiental total que, segundo essa corrente, ocorre devido às “falhas do mercado” em alocar eficientemente os recursos (FERNANDEZ, 2011). Para os neoclássicos, os limites impostos pelo esgotamento dos recursos naturais poderiam ser indefinidamente superados pelo progresso técnico, uma vez que aqueles, à medida que fossem se tornando escassos, poderiam ser substituídos, seja por outra fonte de recursos, por capital ou trabalho. Sob esta perspectiva, tudo ocorreria em um sentido no qual o modo de produção capitalista tivesse a capacidade de se mover lentamente de uma base de recursos para outra à medida que cada uma é esgotada, sendo o progresso científico e tecnológico a variável chave para garantir que esse processo de substituição não limite o crescimento econômico a longo prazo (ROMEIRO, 2001).

Outra vertente do debate do desenvolvimento sustentável que enfatiza a biodiversidade é a economia ecológica. Esta defende a ideia de que as interações entre o sistema social, o meio ambiente e o sistema econômico são regidas por relações fundamentais de valores, as quais não podem ser apreendidos pelo artifício da imputação de preços de mercado às preferências dos indivíduos. Na economia ecológica, há o reconhecimento da necessidade de uma maior integração entre o sistema econômico e o ambiente natural. É desta integração que surge a proposição de uma visão holística. Para entender a sociedade e teoriza-la de forma eficaz, deve-

<sup>1</sup> Ednalva Felix das Neves. Pesquisadora de pós-doutorado (PNPD/CAPES) no PPGE&D/UFSM.

<sup>2</sup> Talita Jéssica do Nascimento de Araújo. Doutoranda em Economia Aplicada pela UFPE.

<sup>3</sup> Rita Inês Paetzhold Pauli. Professora no DERI/UFSM

<sup>4</sup> Sibebe Vasconcelos de Oliveira. Professora no DERI/UFSM.



se encarar o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ambientais, em uma abordagem sistêmica, de modo a avaliar como as várias dimensões se interpenetram e interdependem. Em síntese, o referido modelo leva em conta aspectos não só monetários ou de produção como fim em si mesmo, mas que consiga “gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (SACHS, 1981, p.14).

Cientistas interessados em discutir sustentabilidade vêm chamando a atenção da humanidade para o grande risco que o desenvolvimento econômico tem causado ao meio ambiente e à questão social, num processo que Capra (1998) chamou de “a inversão da situação” – isto é, ao invés do processo de crescimento e desenvolvimento serem direcionados para o bem-estar da sociedade, ele é destrutivo sob a perspectiva social e ambiental (que, neste caso, coloca em risco a vida futura no planeta). Em tom quase catastrófico, o autor afirma que o mundo vem registrando uma grave crise que afeta, dentre outros aspectos, “a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política” (CAPRA, 1982, p. 11).

No que se refere à questão social, o autor destaca a pobreza, a fome e a desnutrição como sérios problemas sociais que assolam nossa sociedade atual. Sobre estes problemas, é importante ressaltar que eles colocam em risco a vida presente, na Terra. O outro problema mencionado pelo autor diz respeito à questão ambiental ou à insustentabilidade do modelo de crescimento econômico pautado na concorrência desenfreada e que leva os países a entrarem em um jogo de “vale-tudo” para crescer que, para funcionar, incita um modelo de consumo (quase que) sem limites. Capra enfatiza que a saúde humana tem sido deteriorada por vários fatores decorrentes de um modelo predatório de desenvolvimento: ele relata o exemplo da construção de bombas nucleares como forma de “estabelecer a paz” entre os países, como uma das graves ameaças à humanidade. Mas para além disso, menciona “a superpopulação e a tecnologia industrial [que] têm contribuído de várias maneiras para uma grave deterioração do meio ambiente natural, do qual dependemos completamente”, ameaçando a saúde e o bem-estar das pessoas no planeta (CAPRA, 1998, p. 11-13; grifos nossos).

### **Considerações Finais**

A discussão teórica sobre a escassez dos recursos ambientais e a sustentabilidade foi, por muito tempo, marginalizada nas Ciências Econômicas, e tampouco considerada nos modelos teóricos do mainstream da área. Apenas no final da década de 1960 aparecerem alguns esforços na busca de opções alternativas energéticas e, mais recentemente, no campo teórico, aparecem críticas do avanço de um crescimento pautado na busca desenfreada pela geração de lucro, e a qualquer custo. Os processos tecnológicos, poupadores de trabalho, excluem e vêm promovendo a precarização do trabalho, além de promover implicações irreversíveis no meio ambiente, decorrentes da maciça exploração dos recursos naturais, e da geração de resíduos e poluentes.

Foi com base nesta perspectiva que surgiram as discussões sobre desenvolvimento sustentável, tendo como marco importante a conferência de Estocolmo. Contudo, nem mesmo esta “nova” perspectiva conseguiu ser homogênea: algumas linhas de pesquisas propõem soluções pontuais, que possam angariar um tipo de “destruição menor” ou de “menor impacto” ambiental do processo, com a justificativa de que não se pode frear o processo de crescimento econômico; outras mais radicais propõem, ainda de que maneira pacífica e gradual, um total rompimento com o modelo de crescimento capitalista, a fim de frear, por completo o processo de



destruição do meio ambiente – a proposta da Economia Solidária pode ser considerada um exemplo desta linha de pesquisa e ação.

Ao se constituir, também, enquanto uma crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, o movimento da Economia Solidária, gradativamente, internalizou a temática, por entender que a construção de uma outra sociedade exigiria, também, uma outra forma de relação com a natureza, isto é, que respeitasse seus limites e que causasse menos danos a ela, seja pela menor extração dos recursos naturais, seja pela redução da geração de resíduos e poluentes. As práticas produtivas corroboram os anseios coletivamente construídos, uma vez que contam com ênfase nas metodologias de produção e consumo sustentáveis.

A atuação continuada e o crescimento desse movimento consolidado no Sul do continente americano vêm se transformando em modelo de Economia Solidária, especialmente por produzir geração de trabalho, renda e qualidade de vida aos cooperados e transformações promotoras de desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis. Mas é necessário garantir recursos públicos para projetos e ações de Economia Solidária. O financiamento público deve estar condicionado à participação e controle social, com efetiva participação de conselhos e fóruns de Economia Solidária (municipal, territorial, regional, estadual e nacional) (BRASIL, 2015).

A internalização da defesa e ações na promoção da sustentabilidade ambiental, não afasta a Economia Solidária dos seus fundamentos basilares, cujo pressuposto assenta-se na ideia de que é possível não apenas repensar a economia, mas que todo ciclo produtivo pode ser calcado em valores como os da justiça, da igualdade e da solidariedade. Para o movimento preconizador dessa nova proposta de desenvolvimento, a economia pode ser geradora de igualdades, desde que seja orientada pela justiça social, baseada na partilha justa dos bens e recursos para satisfazer as necessidades de todos e todas, não somente de alguns (BERTUCCI et al., 2010).

Evidencia-se, portanto, uma convergência da proposta de desenvolvimento da Economia Solidária e do desenvolvimento sustentável, apesar do pilar central em que ela se ancora no Brasil permanecer firme no propósito de superação do modelo de desenvolvimento hegemônico do modo de produção capitalista. A orientação metodológica dos que participam desse movimento de forma mais incisiva e de seus idealizadores, estabelece-se não apenas na crença, mas na necessidade de estímulo de uma conduta baseada nos valores da solidariedade. Com essas premissas e, alicerçada na inclusão de toda a sociedade nos benefícios do desenvolvimento como direito da cidadania vem exacerbando sua preocupação e atuação incisiva na sustentabilidade ambiental em diferentes níveis.

#### **Referências:**

- BERTUCCI, Ademar Andrade et al. **Economia solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecumênica, p. 1- 46, 2010.
- BERTUCCI, Ademar Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Vinte Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS**. Brasília (DF): Cáritas Brasileira, 2003.
- BRASIL 2015. **1º Plano Nacional de Economia Solidária**. Ministério do trabalho e Previdência Social. Brasília- DF.
- CAPRA. Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Editora Cultrix. 1998.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 23, 2011.



ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão, Campinas: IE/UNICAMP, n. 102, p. 1-28, 2001.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** MTE, SENAES, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social** – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 36 p., 2007.



## **A práxis educativa no Trabalho do Técnico Social: articulações no cotidiano Projeto de Macrodrenagem na cidade do Rio Grande**

**Processos Formativos e Educação Ambiental**

**Coordenador(a) da atividade: Débora Amaral**

**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**Autores: Thaís. SAGGIOMO<sup>1</sup>; Anderson. SOUZA<sup>2</sup>. Rosilene, DUTRA<sup>3</sup>. Gabriele.  
COSTA<sup>4</sup>; Camila. VARGAS<sup>5</sup>; Everton. RUIZ<sup>6</sup>; Júlio César. GAUTÉRIO<sup>7</sup>;**

### **Introdução**

O saneamento básico é uma problemática latente em todo território brasileiro. Constituído por ocupações desordenadas e pelas fragilidades socioeconômicas do país, a realidade se apresenta ainda mais complexa em regiões mais antigas, tanto pela falta de investimento no setor, quanto pela dificuldade de acesso às informações referente a localização e conteúdo sobre as condições das redes de escoamento de esgotos.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre saneamento básico (SNIS), são mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso aos serviços de água tratada, 100 milhões de pessoas não tem o serviço de saneamento básico e apenas aproximadamente 50% dos esgotos são tratados em todo território nacional.

A constituição Federal de 1988 delibera que o saneamento básico é um direito de todo cidadão, e autoriza em seu art. 241, que poderes da união, estado e município atuem como disciplinador deste serviço, por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Para compreender está demanda na cidade do Rio Grande, é importante salientar que ela esta localizada nos limites do litoral sul e se constitui por múltiplas ocupações desordenadas resultantes da migração de trabalhadores para desenvolvimento socioeconômico do município. Motivados pela oportunidade de qualidade de vida, e pela oferta de emprego tanto no complexo industrial como na área portuária a urbanização foi se construído, como em todo país, sem que o poder público local tenha atendido as demandas básicas de moradia e saneamento básico.

Situação que se agrava nas áreas conhecidas como alagadiças no território, por não dispor de estrutura adequada para drenagem das águas fluviais. Desta forma, o poder público municipal buscando solucionar este problema, buscou articular, por meio do Projeto PACI Macrodrenagem executado pela Prefeitura

---

<sup>1</sup> Thaís Saggiomo, doutoranda em Educação Ambiental.

<sup>2</sup> Anderson Souza, doutorando em Educação Ambiental.

<sup>3</sup> Rosilene Dutra, aluna do curso de Geografia.

<sup>4</sup> Gabriele Costa, aluna do curso de Pedagogia.

<sup>5</sup> Camila Vargas, aluno do curso de Assistência Social.

<sup>6</sup> Júlio César Gautério, aluno do curso de Economia.

<sup>7</sup> Everton Ruiz, técnico de computação.



Municipal do Rio Grande, ações de infraestrutura e educação com o objetivo de implementar e corrigir as redes de drenagem, e de dialogar com a comunidade de forma que, esta possa não só compreender a situação em vive como também, possa construir os conhecimentos necessários para acompanhar e participar das tomadas de decisões no âmbito do Projeto.

É neste processo educativo que a unidade gestora do Projeto PACI, firmou parceria com o Programa Educadores Sociais, passando a dispor de uma equipe interdisciplinar entre as linhas de trabalho, para realização das práticas de comunicação e ensino, pesquisa e extensão articulando no diálogo com a comunidade o conhecimento acadêmico para mediação dos conflitos socioambientais que emergem no cotidiano das obras e na historicidade das ocupações nas áreas de intervenção do Projeto.

Este trabalho objetiva apresentar as bases conceituais que fundamentam o trabalho técnico social, desenvolvido pela equipe de Educadores Sociais da FURG, no contexto das famílias situadas em áreas consideradas alagadiças no município do Rio Grande. O recorte reflexivo que mobilizamos, reflete a potencialidade das atividades de educação e comunicação que estão sendo realizadas desde 2018, nas quatro áreas de intervenção na cidade, abrangendo os seguintes bairros: Centro, Lar Gaúcho, Cidade Nova, São Miguel, Leônidas, Marluz, Castelo Branco II e N<sup>a</sup> S<sup>a</sup>. de Fátima.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada pelo projeto esta fundamentada na perspectiva do materialismo histórico e dialético (FRIGOTTO, 2000), articulada a prática de pesquisa participativa, por meio da qual nos inserimos e dialogamos com a comunidade sobre cada realidade, evidenciando em cada grupo as situações particulares e os possíveis temas geradores de cada área de intervenção educativa. O público de trabalho são as famílias diretamente ou indiretamente impactadas pelas obras de macrodrenagem e as práticas de ensino/aprendizagem são desenvolvidas em parceria com a comunidade e demais instituições capazes de potencializar o universo abordado.

### **Desenvolvimento**

As atividades desenvolvidas no âmbito do trabalho técnico social se divide em três grandes eixos de processos educativos, a comunicação que trata da garantia do fluxo de informações sobre o contexto da obra em cada território de intervenção; o diagnóstico socioeconômico que tem por objetivo a construção de uma ferramenta base para o desenvolvimento das demandas atividades do Programa; e as práticas de educação e transformação que buscam a construção de um espaço dialógico junto a comunidade para tratar de temáticas específicas do contexto de saneamento básico e direito humanos, e problemáticas ambientais.

Para o desenvolvimento do TTS, além da metodológica ter base na proposição da pedagogia histórico crítico, na qual se considera a educação popular como potencia para qualificação da participação dos sujeitos das ações educativas e nas tomadas de decisão sobre as ações do Projeto. Também, busca-se dialogar com a categoria da educação na gestão pública, na qual se apresenta na dinâmica de diálogo a construção dos conhecimentos com base na mediação das relações entre sociedade civil e Estado.

Evidenciamos a partir da revisão bibliográfica, o processo contínuo de reflexão que vai se construindo de forma articulada e continua. Neste exercício a Educação



Ambiental associada a participação popular, tem como fundamento a dialogicidade a partir da realidade dos sujeitos da ação educativa. Para Freire (1987), esta dialogicidade se desenvolve num movimento de ação/reflexão/ação, comprometida com a formação de homens e mulheres capazes de decidir sobre os caminhos e as necessidades para transformação da realidade em que estão inseridos.

Para tanto, é fundamental afirmamos cada conceito que potencializa a práxis dos educadores envolvido, compreendendo também, estes educadores como sujeitos inconclusos em processo de ensino/aprendizado junto a comunidade. Sobre estas aprendizagens afirmamos a Educação Ambiental, que compreende o trabalho como princípio formativo de toda humanidade, de forma que, a historicidade presente na atualidade dos conflitos socioambientais emerge como conteúdo educativo quando a intencionalidade do TTS está comprometida com o desvelamento da realidade, mobilizando aprendizados que relacionam coletividade, trabalho, gestão pública, e solidariedade como categorias que se multiplicam enquanto pilares na construção do conhecimento.

Assim, propõe-se neste referencial, uma dimensão metodológica que visa a troca de experiências construída por meio do diálogo a partir de diferentes linguagens, como eixo estrutural da ação educativa junto às comunidades. Neste processo, desenvolvemos um espaço onde, educadores e educandos se mobilizam no exercício de desvelamento do ambiente na complexidade local e global que compõe a relação sujeito/natureza de forma crítica, criativa e participativa.

### Considerações Finais

Observamos na reflexão mais ampla sobre o trabalho que participação popular não é categoria de tradição nos processos de educação no contexto da gestão pública, e por isso, afirmamos nesta categoria a objetividade do encontro entre a comunidade, a gestão pública e o reconhecimento das mobilizações necessárias para o avanço de um Estado democrático de direito e de fato na realidade dos sujeitos. Desta forma, participação popular é compreendida como processo de controle social em que facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e ainda, prepara os sujeitos para ocupar espaços de controle e deliberação na política pública.

Assim, é exatamente neste processo que evidenciamos a transformação e a emancipação no horizonte da práxis educativa. Processo em que a transformação articula-se ao conceito de Educação e Mudança de Freire (1983). Afirmamos também, a educação como atividade humana que reflete e intervém sobre a realidade vivida. Neste sentido, transformação e emancipação se articulam ao trabalho, capacidade particular que historicamente caracteriza a ação dos homens e das mulheres na prática de superação das situações limites, e de mudança da natureza e de si.

### Referências:

BRASIL, (**Constituição Federal** de 1988). Senado Brasileiro. Disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, Gaudêncio. **O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa educacional**. In FAZENDA, Ivani (Org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2000.









## **EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A QUALIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA**

### **Processos formativos e a educação ambiental**

**Coordenadora da atividade: Aline Mendonça dos SANTOS**

**Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)**

**Autores: L S. GIBBON<sup>1</sup>; A S. LIMA<sup>2</sup>..**

### **Introdução**

No âmbito do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), há contato direto com a realidade dos produtores da Associação Bem da Terra (ABT), um dos processo incubados pelo NESIC. Através da observação e intervenção nos espaços da ABT (reunião de produtores e feiras presenciais) identificou-se uma série de demandas relacionadas à formação, sobretudo relacionadas com a qualificação para o trabalho, os processos de gestão e autogestão, as tecnologias sociais e discussões sobre os princípios e conceitos da economia solidária.

A realização das oficinas possibilita um espaço de troca de conhecimentos sobre temas relacionados a processo de trabalho e comercialização, autogestão, solidariedade e cidadania. Todos os sujeitos devem ter a oportunidade de contribuir com a formação de todos os envolvidos, “ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo”. Trata-se de um processo dialético de discussão e proposição.

### **Metodologia**

A metodologia das oficinas foi construída de forma a reconhecer os produtores envolvidos enquanto sujeitos dotados de identidades e saberes. Identidades diversas que compreendem gênero, etnia, sexualidade, geração e condições materiais.

---

<sup>1</sup> Lucas de Souza Gibbon, estudante de graduação no curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas.

<sup>2</sup> Alexandre dos Santos de Lima, Assistente Social, bolsista de extensão do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas.



O processo pedagógico, inspirado na educação popular, deve abordar de maneira interligada questões da praticidade do processo de trabalho, autogestão e cidadania. Tal processo deve resultar numa dinâmica de sistematização e avaliação dos debates, possibilitando que os produtores, sujeitos do processo pedagógico em questão, participem de forma crítica da continuidade do projeto das oficinas, adaptando estas de acordo com suas impressões, discussões e demandas (GADOTTI, 2009).

Até o momento foi realizada uma oficina: Conservação de Alimentos. Esta oficina aconteceu em uma sala de aula do Campus I da Universidade Católica de Pelotas. Os únicos materiais necessários foram: projetor, computador, caneta e papel.

Durante o espaço foi realizada uma exposição com slides e vídeos sobre os processos relacionados a conservação de alimentos e a economia solidária. Ao final se fez uma avaliação coletiva do espaço. Na avaliação as produtoras exporam

oficina.

### **Desenvolvimento**

Através do NESIC há um contato direto com os espaços da Associação Bem da Terra, principalmente as reuniões gerais de produtores e as feiras presenciais. Nestes espaços constatou-se a secundarização da discussão sobre os conceitos da economia solidária para o debate sobre produção e comercialização.

Compreendemos a necessidade de fazer uma mediação entre as necessidades práticas dos trabalhadores e os princípios da economia solidária, elaborando oficinas de formação que abordem a totalidade destas questões.

Segundo as bases do materialismo histórico dialético, entendemos que para fazer história o ser social necessita, antes de tudo, satisfazer suas condições de existência (comer, morar, beber, etc) e portanto, não é possível secundarizar as questões que dizem respeito a produção e comercialização de mercadorias. No entanto, a constante demandas relacionadas a estas mesmas questões, por muitas



vezes coloca a discussão sobre a autogestão, o trabalho associado e a solidariedade a margem do debate nos espaços deliberativos da Associação.

A extensão universitária é um espaço fundamental para a troca de conhecimentos necessária que coloque em pauta a transversalidade destes temas.

### **Considerações Finais**

Até o momento apenas uma das oficinas ocorreu, a de conservação de alimentos. Foi um espaço avaliado positivamente pelas produtoras. A oficina teve sucesso na metodologia proposta. Aconteceu a abordagem necessária sobre um tema latente na associação, a necessidade de conservar a produção, diversificar a produção ao mesmo tempo que pensa a sustentabilidade da mesma, evitando desperdício. Ao mesmo tempo, os saberes dos sujeitos envolvidos, todas contribuíram para o debate, colocando conhecimentos prévios sobre o tema proposto. Houve também a importante abertura para crítica e sugestão de novos espaços por parte das trabalhadoras envolvidas, sendo demandada a realização de um novo módulo da oficina, abordando novos aspectos da conservação de alimentos.

### **Referências:**

GADOTTI, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

JARA, Oscar H. Para sistematizar experiencias: una propuesta teórica y práctica. San José: Centro de Estudios y Publicaciones, ALFORJA, 1994.

MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



# **Produção, Consumo Responsável, Comercialização e Comércio Justo**





## **GRUPO MÃOS NA MASSA**

**Produção, Consumo Responsável, comercialização e comércio justo.**

**Coordenadora da atividade: Lucia Regina NOBRE<sup>1</sup>**

**Universidade Federal do Rio Grande - FURG**

**Autores: Inácio. PUNTEL<sup>2</sup>; Maria Cristina Hentsch de AZEVEDO<sup>3</sup>; Maria Angélica Machado BRAGA<sup>4</sup>; Dóris Back PERIUS<sup>5</sup>; Maria Cristina Chaves PIRES<sup>6</sup>.**

### **Introdução**

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG no papel de gerenciadora de seus sistemas básicos de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de atender as necessidades das comunidades da periferia da cidade do Rio Grande, criou em 2003 o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE, atualmente faz parte da Pró- Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC. Um núcleo permanente com o objetivo de oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda, tendo suas atividades desenvolvidas a partir de projetos específicos. Na atualidade desenvolve trabalhos em cinco áreas: reciclagem, pesca artesanal, agricultura familiar, artesanato e gastronomia, sendo este último item o foco de nosso trabalho. O início do processo de incubação de grupos de gastronomia aconteceu em 2009, desde então este processo vem se consolidando na universidade, com o surgimento de outros grupos como o Mãos na Massa, surgido em 2018. O projeto tem como objetivo geral fortalecer o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, através da qualificação da produção, comercialização e formação continuada. E como objetivos específicos: 1) Prestar assessoria, apoio técnico, bem como o acompanhamento sistemático aos empreendimentos atendidos pelo projeto; 2) Envolver os acadêmicos em vivências que permitam articular o ensino, pesquisa e extensão; 3) Capacitar os Empreendimentos Econômicos Solidários nas áreas específicas de suas atuações; 4) Capacitar os Empreendimentos Econômicos Solidários na área de gestão; 5) Potencializar a comercialização, possibilitando espaços no interior do Campus ou viabilizando outros espaços; 6) Realizar a divulgação do trabalho produzido para assim articular os resultado tendo como premissa o conhecimento científico e popular.

O projeto tem como foco a formação continuada dos trabalhadores, através da qualificação da produção e comercialização buscando fortalecer o empreendimento.

---

<sup>1</sup> Lucia Regina Nobre, Técnica Administrativa em Educação, Mestre em Educação Ambiental - FURG

<sup>2</sup> Inácio Puntel dos Passos, aluno do curso de Psicologia - FURG.

<sup>3</sup> Maria Cristina Hentsch de Azevedo, Técnico Administrativa em Educação - FURG

<sup>4</sup> Maria Angelica Machado Braga, aluna do curso Letras Português-Francês - FURG

<sup>5</sup> Dóris Back Perius, aluna do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental – FURG.

<sup>6</sup> Maria Cristina Chaves Pires, aluna do curso de Geografia Licenciatura – FURG.



## Metodologia

A concepção da prática reflexiva, ação/reflexão/ação, adotada como metodologia da educação popular se fundamenta em um processo de construção de conhecimentos, em que as pessoas desenvolvem as suas capacidades individuais e coletivas de observação crítica e construção de leituras da realidade em que vivem, proporcionando a elaboração de alternativas que permitem melhorar as condições de vida, individual e coletiva.

Segundo Freire (1979, p.19) “quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto para intervir na realidade para mudá-la”.

A perspectiva pedagógica da educação popular é utilizada pelo NUDESE com objetivo de viabilizar uma educação que busca a construção da cidadania, que faz do homem e da mulher os sujeitos do processo produtivo-educativo. Para Gadotti (2009, p.20) “uma economia de dimensão humana que resgata valores como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração, coordenação e cogestão, integrando os elementos produção, organização e educação.

A metodologia utilizada pelo Núcleo segue as seguintes etapas: sensibilização formação e acompanhamento sistemático. Na etapa de sensibilização é feita a motivação para o trabalho e realizado o diagnóstico sobre as dificuldades do grupo frente ao levantamento de demandas; posterior a esta etapa o grupo recebe formação em Economia Popular Solidária e Educação Popular, além dos processos formativos técnicos na área de gestão.

A consolidação da metodologia de incubação do NUDESE deve-se a utilização da prática reflexiva, ação/reflexão/ação, juntamente com o acompanhamento sistemático, parte fundamental, que permite a continuidade das ações dentro da proposta de Economia Popular Solidária.

## Desenvolvimento

O Grupo Mãos na Massa está estabelecido em um ponto fixo de comercialização em um quiosque frente ao Centro de Convivências da FURG, local conhecido como feirinha. Também comercializa na Plataforma Cirandas do Armazém da Economia Popular Solidária, e, eventualmente participa junto ao Grupo Rede de Artesanato, atendendo demandas de eventos dentro da FURG. Teve sua primeira participação na 46ª Feira do Livro, em 2019, ocasião em que foi possível divulgar seus produtos para um público maior.

O grupo é formada por duas mulheres com idade entre 50 e 60 anos, que também atuam como artesãs no Grupo Rede de Artesanato. Em função do aumento da demanda de produtos, em razão da boa aceitação dos consumidores, o grupo estuda a possibilidade de aumento no número de integrantes.

No contexto da economia popular solidária, o grupo utiliza produtos orgânicos oriundos de cooperativas e agricultores com certificação, buscando promover o consumo de alimentos livres de agrotóxicos e garantir um produto de maior qualidade para os consumidores.



## Considerações Finais

Após um ano do início do processo de incubação verificou-se o crescimento e consolidação do Grupo Mãos na Massa, comprovando que é possível praticar uma forma de economia de dimensão humana, contrária ao sistema hegemônico, utilizando as experiências, a troca de vivências e saberes, dentro das perspectivas da educação popular. As experiências coletivas vivenciadas, impactam tanto quem está inserido em um empreendimento econômico solidário, como quem com ele se relaciona.

A Economia Popular Solidária implica um movimento de reflexão crítica que possibilita qualificar e formar grupos, associações e organizações populares na união daqueles que tem como horizonte um outro projeto de sociedade mais humano e mais justo.

Um outro mundo não é só possível, como está sendo construído desde já (GADOTTI, 2007).

## Referências

Freire, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular).

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.



## **NÚCLEO DE CONSUMO RESPONSÁVEL ARMAZÉM DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO EXTREMO SUL BRASILEIRO**

**Tema Gerador: Consumo Responsável, Comercialização e Comércio Justo**

**Coordenador(a) da atividade: Maria Cristina Hentsch de AZEVEDO**

**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**Autores: Inácio PUNTEL<sup>1</sup>; Lucia Regina NOBRE<sup>2</sup>; Maria Angelica Machado**

**BRAGA<sup>3</sup>; Dóris Back PERIUS<sup>4</sup>; Maria Cristina Chaves PIRES<sup>5</sup>.**

### **Introdução**

O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE/FURG vêm desenvolvendo ações no âmbito da geração de trabalho e renda na cidade do Rio Grande e arredores, desde sua criação em 2003, orientadas pelos princípios da Educação Popular e da Economia Solidária (NOBRE; BRAGA; MOURA, 2017). Entre as ações desenvolvidas pelo NUDESE/FURG ao longo dos anos, duas são de crucial importância para este trabalho: o Núcleo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária e o Projeto Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na Aglomeração Urbana do Sul. Este tinha por objetivo:

“[...] ampliar os conhecimentos em torno da agroecologia, viabilizando o aprimoramento da qualidade dos produtos da agricultura familiar, compreendendo a formação de sujeitos capazes de gerenciar coletivamente todo processo da cadeia produtiva - através de cursos, oficinas, acompanhamento técnico e ampliação dos espaços de comercialização direta ao consumidor”<sup>6</sup>

Através do trabalho realizado nesse projeto e a partir da organização de cinco trabalhos rurais, surgiu o grupo EcoNorte, o qual tem seu trabalho voltado à produção orgânica de legumes e hortaliças. O grupo vem, desde sua formação em 2012, comercializando seus produtos em feiras semanais realizadas na cidade de São José do Norte e, desde 2016, vem sendo um dos principais fornecedores de hortaliças do Núcleo de Consumo Responsável (NCR).

O NCR Armazém de Economia Popular Solidária, por sua vez, teve origem a partir da construção coletiva entre o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE/FURG, grupos incubados, pós-incubados e assessorados, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, o Armazém de Economia Popular Solidária e a Associação Educativa para o Consumo Responsável Bem da Terra de Pelotas (NOBRE; BRAGA; MOURA, 2017); visando a criar um espaço de interação entre os atores envolvidos no processo produtivo, construindo

<sup>1</sup> Inácio Puntel dos Passos, aluno do curso de Psicologia.

<sup>2</sup> Lucia Regina Nobre, servidora técnico-administrativo.

<sup>3</sup> Maria Angelica Machado Braga, aluna do curso Letras Português-Francês.

<sup>4</sup> Dóris Back Perius, aluna do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental.

<sup>5</sup> Maria Cristina Chaves Pires, aluna do curso de Geografia Licenciatura.

<sup>6</sup> <https://nudese.furg.br/projetos/aeup/objetivo>.



relações que valorizem o trabalho, os produtos, o meio ambiente e a economia local (CALABRÓ, 2016).

Dessa forma, o NCR Armazém de Economia Popular Solidária se apresenta como uma alternativa para a ampliação dos espaços de comercialização dos produtores vinculados ao projeto descrito acima. Visto isso, este trabalho tem por objetivo realizar análise descritiva do histórico de consumo de produtos ofertados pelo grupo EcoNorte ao Núcleo de Consumo Responsável. Justifica-se este estudo pela necessidade de se produzir dados empíricos sobre o consumo no âmbito do NCR de forma a complementar os processos avaliativos.

### **Metodologia**

Os dados utilizados para análise foram extraídos do histórico de feiras virtuais realizadas pelo NCR através da plataforma cirandas.net, no qual são armazenadas informações referentes a cada feira individualmente. Após fazer download das planilhas de cada feira, foram extraídas para um banco de dados as informações referentes ao grupo EcoNorte. Completada a extração, partiu-se para a preparação dos dados. Nesse passo, foram aglomerados em categorias únicas produtos do mesmo tipo (e. g. “alface lisa” e “alface crespa” passaram a serem tratadas ambas como “alface”). Isso se deu em função de existir na plataforma produtos sem subtipo especificado, impossibilitando análise mais refinada dos subtipos. Todos os passos foram realizados no ambiente estatístico R Studio. Para visualização dos dados foi utilizado o pacote ggplot2. A escolha pelo grupo EcoNorte se deu em função de ser um dos principais fornecedores de hortaliças e legumes do Núcleo. Outros estudos abordando outros fornecedores serão realizados no futuro.

### **Desenvolvimento**

Ao longo dos três anos de funcionamento do Núcleo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária, o grupo EcoNorte recebeu pedidos em 122 feiras virtuais, totalizando R\$11.944,34 em vendas de 62 tipos de produtos. A média por feira ao longo dos anos foi de R\$97,90 (DP = R\$55,80) e a média de produtos pedidos foi de 11,43 (DP = 3,8). O valor total mínimo vendido em uma feira foi de R\$6,50, já o valor total máximo foi de R\$315,00. O número mínimo de produtos pedidos em uma feira foi de 1 produto, enquanto o máximo foi de 22 produtos.

O produto mais vendido ao longo dos anos foi a Cenoura, chegando a quase meia tonelada (496,5kg); em segundo lugar ficou a Alface, com 464 unidades vendidas; em terceiro a couve, com 401 unidades vendidas; e 1/6 dos produtos vendidos no período analisado venderam mais de 100 unidades. Ao longo do primeiro ano foram pedidos 42 tipos de produtos; 44 ao longo do segundo; e 43 ao longo do último, indicando que há flutuação nos tipos de produtos ofertados de um ano para o outro.

Os resultados apresentados aqui mostram que o Núcleo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária tem sido um espaço importante de geração de trabalho e renda na cidade do Rio Grande e arredores.



Porém, ainda há grande variação nos valores de uma feira para outra, como mostrado pelo alto desvio padrão observado, impedindo que conclusões confiáveis sejam extraídas sobre a tendência das vendas.

Por outro lado, as quantidades de produtos vendidos ao longo desses três anos evidenciam o papel desempenhado pelo NCR como alternativa de comércio justo e solidário.

### **Considerações Finais**

Apesar dos obstáculos impostos pela alta variação entre feiras e do curto período de tempo disponível para análise, a descrição dos dados permite observar, mesmo que referente a apenas um grupo de fornecedores, o papel desempenhado pelo NCR Armazém de Economia Popular Solidária como espaço de comercialização de produtos oriundos da agroecologia, estimulando trabalho e renda, além de possibilitar alternativas ao consumo. Estes dados, quando combinados às análises referentes aos outros fornecedores e à experiência direta dos atores envolvidos servirão de embasamento para os processos avaliativos do Núcleo.

### **Referências:**

CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: Um Passo a Passo para Começar e Estabelecer um GCR**. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.

NOBRE, Lucia Regina; MOURA, Danieli Veleda; BRAGA, Maria Angélica Machado. A experiência do Núcleo de desenvolvimento social e econômico (NUDESE-FURG) e o grupo de consumidores responsáveis do armazém de economia popular solidária. 2017.



## **A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E O TRABALHO MULHER**

**Produção, Consumo Responsável, comercialização e comercio justo**

**José Ricardo Caetano COSTA**

**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**D. MOURA<sup>1</sup>; M. BORGES<sup>2</sup>; L. SOTILLI<sup>3</sup>.**

### **Introdução**

Atualmente, o modelo de desenvolvimento vigente tem se baseado nos valores capitalistas, ou seja, no lucro a qualquer custo e as custas de quem for. Para isso, se utilizada da exploração do trabalho e da apropriação indiscriminada dos recursos naturais, não respeitando o meio ambiente e as pessoas nele inserido. Essas situações têm produzido “discriminação e desigualdades estruturais nas relações sociais entre homens e mulheres e, sobretudo, para as populações negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, sendo as mulheres e crianças, oriundas desses grupos, as maiores vítimas” (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Neste contexto, os grupos marginalizados e que tem somente recebido o ônus do desenvolvimento precisam se organizar econômica e socialmente em espaços que garantam a manutenção das suas existências e as de suas famílias sendo, muitas vezes, o trabalho em atividades organizadas na forma de Economia Popular Solidária, a recepção encontrada. Este é o caso das mulheres, que mesmo com os dados sobre elas na Economia Popular Solidária no Brasil e menos ainda os estudos analíticos, têm participação majoritariamente no espaço de comercialização e de representação da economia solidária.

A participação feminina é uma evidência empírica de amplo reconhecimento dentro das comunidades, onde constata-se que elas participam bem mais do que os homens nestes espaços. Porém, nos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) a proporção não se confirma, onde os homens aparecem sem maior proporção do que as mulheres. Neste sentido, questiona-se: Por que a participação das mulheres, mesmo sendo super a dos homens, nas atividades de Economia popular Solidária, continua não sendo visível nos estudos e análises do setor? A presente investigação parte da hipótese de essa diferença na proporção pode estar atrelada a pouca visibilidade feminina, inclusive para suas organizações e, assim, não tenham sido registradas em toda a sua dimensão pelas pesquisas.

Assim, o objetivo deste trabalho é problematizar a relevância do trabalho da mulher na Economia Popular Solidária, enquanto sujeito que ao buscar um espaço

<sup>1</sup> Danieli Veleda Moura, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, Mestre e Doutora em Educação Ambiental (PPGEA-FURG), Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Cidadania, Direito e Justiça da Universidade Federal do Rio Grande (CIDIJUS-FURG), Graduada em Filosofia Licenciatura (UFPEL).

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestre em Ciência Política pela Universidade de Pelotas (UFPEL), Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutoranda em Sociologia na Universidade de Coimbra – Portugal.

<sup>3</sup> Luciana Sotilli, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, Mestre em Direito e Justiça Social (PPGD-FURG), Especialização em andamento em Educação em Direitos Humanos (UAB-FURG), Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Cidadania, Direito e Justiça da Universidade Federal do Rio Grande (CIDIJUS-FURG) e do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS-FURG).



que a reconheça enquanto capaz de produzir economicamente ao mesmo tempo que tem encontrado dentro destes espaços, a possibilidade de refletir sobre o seu lugar no mundo e, assim, organizar-se para além da produção econômica, na produção de uma sociedade equitativa

### **Metodologia**

A estratégia metodológica adotado neste trabalho foi a revisão bibliográfica a partir da busca na internet pelas palavras-chave mulher e Economia Solidária. Após prévia leitura, analisou-se as informações contidas nos trabalhos selecionados sobre o papel e contribuição da mulher nas atividades na Economia Popular Solidária, e como esta atividade pode contribuir na superação das desigualdades de gênero, se constituindo, assim, numa possibilidade de transformação social.

### **Desenvolvimento**

A lógica capitalista pressupõe que os mais aptos, tanto técnica quanto intelectualmente, sejam absorvidos pelas modernas estruturas do trabalho, ao passo que os que são destituídos desses pré-requisitos são vistos como inúteis e são lançados para as margens da vida social, acentuando ainda mais a desigualdade social (OLIVEIRA, 2008). Neste contexto, “A inserção das mulheres nas relações de trabalho não constitui um evento simples, ao contrário, ele é investido de várias problemáticas”, pois:

Além de uma desigualdade de cunho social, as mulheres são vítimas da desigualdade de sexo nas relações de trabalho, elas são, na maioria das vezes, as maiores vítimas do desemprego, e quando estão empregadas são submetidas ao trabalho doméstico ou às mais variadas formas de trabalhos, que são caracterizados como precários, pois além de não conferir a elas os direitos constitucionalmente garantidos, ainda não promovem a emancipação e o reconhecimento (OLIVEIRA, 2008, p. 325-326).

Neste sentido, a Economia Popular Solidária<sup>3</sup> se desenvolve como alternativa aos grupos marginalizados socialmente, na medida em que, conforme Nobre (2019) citando a fala de Coraggio (2018) na Conferência de Abertura do II Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária – II CONPES:

[...] busca melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras [...] de forma organizativa que inclusive aumenta produtividade do trabalho, bem como a criatividade, pois o trabalhador sente-se parte e, assim, o trabalho deixa de ser alienante e passa a ser criativo (NOBRE, 2019, p. 31).

Segundo Guérin (2005) *apud* Oliveira (2008), muitas das experiências de Economia [Popular] Solidária são destinadas e animadas por mulheres:

Isso se deve ao fato de que as mulheres, na maioria das vezes, necessitam conciliar a vida profissional com a vida familiar, e têm maior dificuldade de ter acesso a propriedade e ao crédito. As mulheres, frequentemente, são as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Conforme Fassarela (2008, p. 176):

É importante destacar que a reprodução da desvalorização do trabalho da mulher aparece muitas vezes em estudos e dados oficiais que não contabilizam e não consideram o trabalho doméstico como atividade de produção. E quando a profissão é exercida na própria residência é tida como um ‘bico’ – como é o caso das salgadeiras, costureiras, artesãs, faxineiras e etc (FASSARELA, 2008, p. 176):

<sup>3</sup> Termo adotado no Rio Grande do Sul, com base na II Conferência Estadual de Economia Solidária realizada em 08 de maio de 2010, preparatória para a II Conferência Nacional de Economia Solidária que aconteceu de 16 a 18 de junho de 2010 (NOBRE, 2019, p. 31).



Esta questão trazida por Fassarela (2008) é uma realidade no universo da Economia Popular Solidária, pois a realidade empírica revela o que os dados oficiais não contabilizam.

Assim como Moura (2016) destacou em relação às mulheres da pesca artesanal, podemos também dizer que na Economia Popular Solidária, os dados oficiais:

[...] naturalizam a cultura do masculino, então, a mulher se torna “invisível” [...] e, não raras vezes, elas mesmas não se compreendem enquanto trabalhadoras [...], declarando-se como donas de casa ou do lar, o que resulta numa baixa autoestima por parte delas, a perpetuação da cultura machista e a exploração feminina, já que esta fica sujeita a uma sobrecarga de trabalho, pois o cuidar da casa e dos filhos, o cozinhar, ainda é tido como uma obrigação da mulher, quase que algo inato à sua condição de ser mulher (MOURA, 2016, p. 198).

Logo, atividades realizadas comumente por mulheres na Economia Popular Solidária, seja na produção ou na comercialização, nas mais diferentes áreas, seja no artesanato, na pesca artesanal, na agricultura, na gastronomia, na costuraria, entre outros, “entram dentro desta mesma linha de trabalho comum à “dona de casa”, então, se desconsidera a importância deste seu trabalho no contexto da cadeia produtiva e na agregação de valor ao produto” (MOURA, 2016, p. 198).

#### **Considerações Finais**

O trabalho na Economia Popular Solidária é, por vezes, a única oportunidade de muitas mulheres que precisam manter economicamente suas famílias ao mesmo tempo em que não conseguem se desprender dos afazeres domésticos. Assim, nesses empreendimentos vamos encontrando muitas mulheres, especialmente em atividades que historicamente foram relegadas ao universo feminino, facilitando o acesso ao trabalho para aquelas mulheres que não tiveram acesso à educação escolarizada. Desta forma, a Economia Popular Solidária, ainda que não consiga romper com o modo de produção capitalista, pode significar a autonomia destas mulheres tanto como fonte de geração de renda e trabalho, quanto no fortalecimento de grupos com capacidade de ação para a transformação social.

#### **Referências:**

**Carta das mulheres da economia solidária: mulheres transformando a América Latina.** 2º Encontro Latino Americano e Caribe das mulheres da economia social e solidária. Disponível em <https://www.economiasolidaria.org/biblioteca/carta-das-mulheres-da-economia-solidaria-mulheres-transformando-america-latina>. Acesso em outubro de 2019.

FASSARELA, S. S. **O Trabalho Feminino no Contexto da Pesca Artesanal: Percepções a partir do olhar feminino.** Ser Social. Brasília, vol. 10, n. 23, 2008.

MOURA, D. V. **A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2016.

NOBRE, L. **O Processo Formativo em Economia Popular Solidária das Lideranças dos Empreendimentos atendidos pelo NUDESE-FURG: Contribuições à Educação Ambiental Crítica.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2019.

OLIVEIRA, J.P. **Mulheres na Economia Solidária: Possibilidade de Reconhecimento e Emancipação Social.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.



## COOPERADOS OU AGENTES AMBIENTAIS? – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CATADORES EM SÃO JOSE DO NORTE - RS

Tema Gerador

**Produção, Consumo Responsável, comercialização e comercio justo.**

**Autores: L. RIBEIRO FERREIRA<sup>1</sup>**

**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

### **Introdução**

Temas relacionados ao meio ambiente norteiam tópicos diversos debates e são gênese de inúmeras pesquisas nas mais diferentes áreas, entre estas destacamos aqui, as que tem como objeto a preservação do meio ambiente e a promoção da vida de forma sustentável. Conforme a lei, a expressão “meio ambiente” significa “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, a briga e rege a vida em todas as formas (BRASIL, 1988). Sendo assim, conservar o meio ambiente passa pela busca no equilíbrio entre as diferentes formas de vida.

A Política Nacional do Meio Ambiente apresenta como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, em equilíbrio com o desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana. Prescreve a lei que a ação do Estado deve se focar na manutenção do equilíbrio ecológico, tendo o meio ambiente como patrimônio público, de uso coletivo, assegurado e protegido, cabendo-lhe deliberar sobre seu uso racional, sua proteção, controle e fiscalização. Dentre as ações previstas na lei, está a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1988).

A educação ambiental da comunidade, para Albuquerque e Martins (2019), pressupõe a conscientização do consumidor para a separação, reutilização e/ou descarte dos resíduos sólidos, respaldada pela realização da coleta seletiva desses. É neste recorte que emerge a classe dos catadores de material reciclável. São trabalhadores em situação precária, de baixa renda que encontram na atividade da coleta seletiva, uma forma de subsidiar-se financeiramente, ou seja, pode-se identificar os catadores de “lixo limpo” como microempreendedores, visto conjugam as atividades de preservadores ambientais e principalmente, de suas próprias existências.

As cooperativas de reciclagem formada por catadores, surgem na junção deste empreendedorismo necessário e a preservação ambiental, visto que organiza um empreendimento que tem como objeto econômico a coleta, classificação e venda de “lixo limpo” (resíduos sólidos passíveis a retornarem ao processo de produção) (ALBUQUERQUE; MARTINS, 2019), surgindo o questionamento sobre a percepção dos cooperados sobre seu papel com o empreendimento e com o meio ambiente, dando origem a seguinte questão: *Como os catadores de uma cooperativa estabelecida em São José do Norte- RS, se veem em relação ao empreendimento como fonte de renda e em relação ao meio ambiente (como recicladores)?* Para responder a questão de pesquisa, o objetivo deste estudo é verificar qual a visão do

---

<sup>1</sup> Lusía Ribeiro Ferreira, Aluna do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências.



cooperativado sobre sua posição (seu papel) como empreendedor e agente ambiental, em uma Cooperativa de Reciclagem estabelecida em São José do Norte-RS.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória descritiva, visto que o propósito foi entender o significado que o grupo atribui a um fenômeno social, sendo os dados foram coletado no ambiente natural do participante, onde esses vivenciam o que está sendo estudado, atribuindo-se ao pesquisador o papel de instrumento de coleta permitindo a análise construída a partir das especificidades do tema (CRESWELL, 2016).

### **Desenvolvimento**

Inicialmente foi feito uma pesquisa documental, através de análise de atos constitutivos, atas, publicações e registros, com a finalidade de identificar e legitimar o empreendimento. A cooperativa foi constituída e registrada em 2017, obtendo sua licença de operação em dezembro de 2018, quando iniciou efetivamente suas atividades. A partir desta, firmou contrato mercantil, de prestação de serviços na coleta seletiva do município sede da cooperativa. A mesma é composta por onze sócios cooperados, sendo que três estão afastados das atividades. Os demais dividem-se entre as tarefas de coleta, seleção e preparo do material reciclados para venda as empresas coletoras que darão destino final a este.

O levantamento de dados ocorreu através da realização de uma entrevista com perguntas abertas, com os sócios cooperativados. O estudo foi apresentado ao coletivo, esclarecendo que o mesmo tem fins exclusivamente científicos, garantindo-lhes a preservação/sigilo de seus dados pessoais. A entrevista foi realizada, de forma oral, com duas questões abertas conforme segue: a) Como você se vê (qual o seu papel) em relação a cooperativa? b) Como você se vê, como era antes e como é agora, a sua relação com o meio ambiente.

Cada entrevistado, foi provocado a expor seus pensamentos e seus sentimentos sobre o problema, a partir de sua própria experiência, observa-se serem as respostas, segundo Marinho (2015), de ordem afetiva, envolvendo conduta, comportamento, cognição e valores pessoais desses. Os oito sócios cooperados que atuam na cooperativa, estavam presentes, sendo que um sócio optou por não participar da entrevista.

Em relação a própria cooperativa, cinco dos respondentes manifestaram sentirem-se como parte de uma família e todos devem se ajudar. Todos relataram ser a cooperativa um local de trabalho, onde, se todos cooperarem, acontecerá a evolução, o crescimento econômico de todos. Destaca-se um respondente: *“Pra mim a Cooperativa é como se fosse uma família, pra todos trabalharem juntos, a gente produzir e ter uma renda melhor”*. Embora manifestem ser a cooperativa uma empresa, não demonstram conhecimento sobre a sua responsabilidade como membro desta, sugerindo um comportamento de parte operacional.

Em relação ao meio ambiente, observou-se que antes de participarem da cooperativa, os respondentes não tinham o hábito da reciclagem, não separavam o próprio lixo. Quando se referem a importância da separação do lixo, relacionam essa com a facilitação para a coleta seletiva, de como isto pode melhorar o seu trabalho. Um cooperado que atua em torno de 10 anos na coleta, diz que o maior problema é o destino final, ou seja, falta de comprador para alguns materiais, destacando o vidro como maior problema. Ao mesmo tempo que se orgulham do trabalho e se vem como exemplo a própria família e aos demais cidadãos, declaram que sofrem preconceitos por serem catadores. O efeito da coleta seletiva no meio ambiente, indica limitação no



conhecimento sobre o tema: “O meio ambiente é deixar tudo limpo, é a limpeza das ruas da cidade, deixar um ambiente limpo. Pegar o material e vender, vai evoluir.”.

### **Considerações Finais**

O objetivo deste estudo foi buscar entender como os sócios de uma cooperativa de recicladores estabelecida em São Jose do Norte, RS, se veem em relação a própria cooperativa e ao meio ambiente. A partir das respostas obtidas, onde há indicação de que os cooperados, em geral, sentem a cooperativa como uma família, onde seus membros contribuem para o coletivo e, em relação ao trabalho, sua atuação é transcrita como operacional, sem que o sujeito perceba-se como dono do empreendimento, envolvendo direitos e deveres em relação a própria cooperativa e aos usuários externos dessa.

Quanto ao meio ambiente, observou-se que os pressupostos quanto a conscientização do consumidor para a separação, reutilização e ou descarte dos resíduos sólidos ainda está limitada ao reconhecimento do retorno financeiro que este lhes propicia. Os entrevistados percebem a sua relação com o entorno, mas não demonstram conhecimentos sobre os efeitos de seu trabalho para o planeta.

Sob os dois aspectos que nortearam o estudo, verificou-se que os entrevistados demonstram vocação, visto que estão comprometidos com o esforço coletivo na coleta e seleção dos resíduos sólidos, na geração de renda e no próprio resgate de sua cidadania, quando se deparam com o preconceito alheio e se vem como exemplos. Os estudos indicam a necessidade de formação(educação) na área de cooperativismo e também no meio ambiente, o que poderá refletir na consolidação do empreendimento e no fortalecimento de suas ações.

### **Referências:**

ALBUQUERQUE, M. F. F., MARTINS, E. S. G. A importância da educação ambiental na formação dos elos da cadeia produtiva reversa através do Associativismo. In: 2º Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade. Foz do Iguaçu/PR. Mai.2019. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2019/III-080.pdf>. Acesso em 12.out.2019.

BRASIL, Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm). Acessado em 20.out.2019

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e Misto. Tradução Magda Lopes. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MARINHO, M. L. C. O Discurso do sujeito Coletivo: uma abordagem quali-quantitativa para a pesquisa social. *Revista de Investigaciones em Intervencion social*. V.5, n. ° 8, p. 90-115.



## **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPUS RIO GRANDE DO IFRS – Inserindo a comunidade do IFRS na rede de economia solidária do Município do Rio Grande/RS**

**Produção, Consumo Responsável, comercialização e comercio justo**

**Coordenador(a) da atividade: Alessandra TREVISOL**

**Campus Rio Grande do IFRS**

**Autores: A. TREVISOL<sup>1</sup>.**

### **Introdução**

A crise estrutural do capital mostra-se permanente. O neoliberalismo aprofunda a exploração da força de trabalho e toma conta das mentes. A subjugação do trabalho ao capital continua. Dentro da ideologia dominante, apela-se ao empreendedorismo, que leva à competição em busca do maior mérito. Trabalhar em alternativas de renda exige a consideração das possibilidades alternativas ao que é hegemonicamente proposto. O Brasil – embora o desmonte recente, possui legislação regulamentando e instituindo políticas de economia solidária. As universidades e institutos constam, neste contexto, como atores dinamizadores dos processos. Rio Grande conta com ações do Nudese-FURG, da Prefeitura. No IFRS – Campus Rio Grande, percebe-se que estudantes precisam ter contato com essa ideia. Muitos estudantes e familiares encontram formas alternativas de renda, contudo, de forma isolada. Imagina-se que existem muitos potenciais empreendimentos solidários. A proposta como um todo é pensada no sentido de provocar a interação da comunidade do IFRS-Campus Rio Grande com grupos, redes, instituições, empreendimentos, para a partir deste primeiro contato, poderem ser pensadas e executadas ações mais focadas.

### **Metodologia**

A proposta é composta um projeto de extensão e um projeto de pesquisa, a serem executados concomitantemente. Para a realização do objetivo geral de ambos projetos, que é a inserção da comunidade do IFRS-Campus Rio Grande na rede de economia solidária da região, propõe-se num primeiro momento realizar mapeamento dentro de censos e cadastros já existentes, assim como por meio de pesquisa de campo, de empreendimentos de economia solidaria existentes no município. A partir desta primeira ação, o projeto de extensão buscará concretizar uma formação em economia solidaria tendo como público-alvo a comunidade do IFRS-Campus Rio Grande. Após, buscar-se-á construir uma feira, com chamada pública para vendedores, e, também uma feira de trocas, abertos à comunidade, dentro do Campus. Após, realizar a avaliação das ações do projeto e propor novas ações. Já para o projeto de pesquisa, pretende-se, também partindo da primeira

---

<sup>1</sup> Alessandra Ruiz Trevisol, mestre em Direito e Justiça Social PPGD Furg, servidora técnica-administrativa em educação do Campus Rio Grande do IFRS.



ação de mapeamento de empreendimentos solidários, aprofundar o conhecimento sobre eles, captar as principais dificuldades, necessidades, e buscar contribuir com possíveis soluções. Ao mesmo tempo, aplicar outro instrumento de pesquisa para a comunidade interna do Campus, buscando obter dados sobre conhecimentos em economia solidária, interesse pelo tema, e até iniciativas e potenciais projetos na área. Ao final, terá sido produzido conteúdo sobre a temática, que poderá ser ministrado na disciplina de Gestão, comum a todos os cursos técnicos do Campus e como curso de capacitação.

O programa será proposto para o Edital de Projetos Integradores do IFRS, que permite a captação de fomento interno na forma de bolsas de pesquisa e extensão, assim como verba de custeio de auxílio ao pesquisador ou extensionista. Serão necessários materiais e serviços para a realização dos eventos e pesquisa de campo. O cronograma de execução vai de março a dezembro de 2020.

### **Desenvolvimento**

objeto de extensão objetiva conhecer iniciativas de economia solidária no município do Rio Grande/RS e inserir o IFRS na rede existente. Com este intuito, pretende-se iniciar o projeto mapeando a economia solidária no Município, conhecer grupos, eventos, feiras, fóruns. Logo em seguida, aproveitar cartilhas e textos disponíveis para propor uma capacitação no tema para interessados da comunidade interna do IFRS. A terceira ação do projeto será a montagem de um grupo de consumo solidário e a preparação de uma feira de economia solidária dentro do Campus, no dia da economia solidária (15 de junho).

O projeto de pesquisa objetiva aprofundar o conhecimento de iniciativas de economia solidária no município, buscando propor ações que atendam suas necessidades em termos de orientações, oportunidades. Igualmente, diagnosticar o quanto a comunidade do campus Rio Grande está familiarizada com o tema da economia solidária e mapear possíveis empreendimentos solidários.

Ao final também será proposto material para aplicação na disciplina de Gestão que é ministrada para todos os cursos técnicos do campus.

### **Considerações Finais**

A inscrição desta proposta no evento visa qualificar a iniciativa, por meio da troca de ideias e experiências sobre o tema, evitando assim duplicar ações que já venham sendo realizadas, e permitindo que o IFRS passe a desempenhar o papel que lhe é institucional, promovendo o desenvolvimento local e sustentável.

### **Referências:**

GOMES, Gilmar et al (Org.). ITCPs, economia solidária e capacitação: primeiros passos para a formação de equipe de incubação. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. 54 p. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/cartilha-economia-solidaria-e-capacitacao/>>. Acesso em: 27 out. 2019.



## FERMENTAÇÃO NATURAL COMO POTENCIAL INSTRUMENTO DE REFLEXÃO CRÍTICA DO CONSUMO CONSCIENTE RUMO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Tema 4: Produção, consumo responsável, comercialização e comércio justo**

**Coordenador(a) da atividade: Lucas Lins COSTA**

**Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**Autor(a): L. COSTA<sup>1</sup>**

### Introdução

Incorporado à cotidianidade como alimento de consumo básico, o pão se tornou alvo de um movimento de resgate da tradicionalidade dos alimentos fermentados relacionado a dietas de estilo de vida saudável, criando-se de um setor mercantil de modo a atender às demandas por esse tipo de produto, vinculando-se não apenas a questões de saúde coletiva, mas também tecnológicas (KOMATSU *et al.*, 2008), além de impulsionadas pela *vilanização* midiática do glúten, justificando-se quanto à possibilidade de os cruzamentos entre diferentes espécies de trigo terem provocado alterações na sua estrutura traduzidas no aumento de casos de diabetes, hipertensão e obesidade (DAVIS, 2014), assim como a exposição informacional da doença celíaca (ressaltando-se que, ao se referirem a casos particulares e de contextos específicos, além de se terem poucos estudos, não existem evidências científicas comprobatórias da associação entre o consumo de glúten e as doenças listadas, exceto a celíaca).

Nesse contexto, porém, deve-se levar em conta que, por ser determinada por variáveis fatores ecológicos, a microbiota do *levain*, *sourdough*, massa lêveda etc. (componente principal relativo ao pão de fermentação natural) é composta por uma população de bactérias ácido-lácticas e leveduras extremamente heterogênea (APLEVICZ, 2014), depreendendo-se em um quadro conflituoso entre o processo de pasteurização e padronização associado à disponibilização e estabelecimento do pão como alimento-base a partir dos processos de industrialização, uma vez que é improvável o controle do desenvolvimento das suas culturas microbianas (APELVICZ, 2014).

O resgate deste tipo de produção e consumo, portanto, pode se conluir às existentes convergências entre Economia Solidária e Tecnologia Social (LIMA & DAGNINO, 2013), uma vez que “a comida permanece um meio de reciprocidade que, ao constituir relações significantes em diferentes níveis e de diferentes tipos, se transforma em um (...) objeto político contemporâneo, já que muitas relações constituídas por e através da sua mediação são também relações de poder (...)” (PORTILHO *et al.*, 2011, p. 101), podendo se fundamentar em uma estrutura crítica ao sistema vigente em contraponto ao simples *consumo consciente*, que se relaciona à admissão das “responsabilidades sobre as conseqüências ambientais e sociais [por parte dos indivíduos] de suas escolhas cotidianas” (PORTILHO *et al.*, 2011, p. 99) sem haver uma necessária reflexão crítica sobre o chamado *capitalismo cultural*, no qual, segundo Slavoj Žižek, “quando um consumidor compra algo (...), não compra um produto, mas uma idéia vinculada ao ambiente e à sustentação da vida em lugares remotos”, isto é, o *consumo ético* (GUTERMAN, 2010). Esse tipo de consumo, porém, associado à uma *redenção*

---

<sup>1</sup> Lucas Lins Costa, discente da Universidade Federal do Rio Grande graduando em Oceanologia.



à condição de consumidor, não modifica essencialmente as estruturas vigentes, ajudando-as, pelo contrário, a se perpetuar, já que, como sustentado por Žižek, “a única forma de realmente ajudar os miseráveis no mundo seria proporcionar-lhes a capacidade de criar sociedades em que a pobreza seja impossível” (GUTERMAN, 2010).

### Metodologia

Assim, sendo a alimentação “um campo de disputas (...) que conectam o corpo individual a comunidades abstratas, ao meio ambiente, a inovações tecnocientíficas e a conceitos morais, evidenciando dilemas acerca dos riscos e do controle que caracterizam a produção de alimentos nas sociedades contemporâneas” (PORTILHO *et al.*, 2011, p. 103), busca-se, através da aplicação de oficinas teórico-práticas, trazer à tona tais discussões em um espaço de debate e instrumentalização vinculadas ao processo de empoderamento, intentando-se quebrar a barreira da *cotidianidade* (de caráter individual, menor complexidade e efeito restrito) à esfera *macrossocial* (de alcance mais amplo, envolvendo e dependendo de outros atores, exigindo maior qualificação, esforço e mais recursos dos sujeitos envolvidos) (KITZMANN, 2009 apud LOUREIRO, 2004; LE BOTERF, 2003, p. 54-58), promovendo (a busca por) acesso não apenas financeiro, mas também físico, a produtos de qualidade.

As oficinas se apoiam pelo modelo de espaço de discussão mediado, estruturando-se em dois módulos: um teórico, compreendendo aspectos de autonomia alimentar, bioquímicos, e históricos (abordando processos industriais); fundamentação do *levain*; passo-a-passo do *levain*; técnicas gerais de fabricação do pão básico; e outro prático, incentivando-se o início da produção individual do *levain*, inserindo-se os participantes no processo formativo do *micro* ao *macro*, baseando-se no guia *online* da multifacetada jornalista Neide Rigo em seu *blog* “Come-se” (RIGO, 2017).

### Desenvolvimento

Até o presente momento, foram realizadas edições da oficina na Semana Acadêmica da Escola de Química e Alimentos (SAEQA, 6ª e 7ª edições), Mostra da Produção Acadêmica (MPU, 17ª edição), e Semana Acadêmica de Oceanologia (8ª edição), vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e ofertadas principalmente ao seu corpo discente, baseando-se em um modelo de (re)construção permanente, não apenas por conta das diferentes demandas e especificações dos públicos – apesar de haver características homogêneas entre eles –, mas também pela incorporação e discussão crescente quanto às questões de *autonomia alimentar* (ou características políticas da alimentação) como parte integrante da proposta.

### Considerações finais

Tratando-se de um movimento ainda inicial, individual, e em andamento, os resultados ainda se circunscrevem à esfera de proximidade restrita e pontual. Entretanto, enxerga-se, com a exposição da temática como ferramenta nos campos convergentes entre a Economia Solidária e Tecnologia Social, potencial extrapolação da barreira ao empoderamento social, uma vez que a matéria-prima necessária ao empreendimento desse possível caminho de transformação se resume aos elementos básicos: farinha, água, sal, e tempo, proporcionando-se, desse modo, o estabelecimento de relações horizontais (já que de confiança) através de uma pedagogia de (re)educação para a economia solidária, que deve ser mais prática que teórica (LIMA & DAGNINO, 2013).



## Referências

- APLEVICZ, K. S. Fermentação natural em pães: ciência ou modismo. **Aditivos & Ingredientes**, São Paulo, n. 105, p. 34-36, fev. 2014. Disponível em: [http://aditivosingredientes.com.br/upload\\_arquivos/201603/2016030889359001459192809.pdf](http://aditivosingredientes.com.br/upload_arquivos/201603/2016030889359001459192809.pdf). Acesso: 09 set. 2018.
- DAVIS, W. **Barriga de trigo**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2014. Disponível em: <http://alma.indika.cc/wp-content/uploads/2015/04/Barriga-de-trigo-William-Davis.pdf>. Acesso: 27 out. 2019.
- GUTERMAN, M. Slavoj Žižek: se você compra produtos orgânicos, você é um cínico. **Estadão**, São Paulo, 04 ago. 2010. Caderno Política. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/marcos-guterman/slavoj-zizek-se-voce-compra-produtos-organicos-voce-e-um-cinico>. Acesso: 16 out. 2019.
- KITZMANN, D. I. S. **Ambientalização sistêmica na Gestão e na Educação Ambiental**: estudo de caso com o Ensino Profissional Marítimo – EPM. 2009. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2009. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2819>. Acesso: 30 set. 2018.
- KOMATSU, T. R.; BURITI, F. C. A.; SAAD, S. M. I. Inovação, persistência e criatividade superando barreiras no desenvolvimento de alimentos probióticos. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, vol. 44, n. 3. p. 329-347, jul./set. 2008. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rbcf/v44n3/a03v44n3.pdf>. Acesso: 27 out. 2019.
- LIMA, M. T.; DAGNINO, R. P. Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. **Otra Economía**, Argentina, vol. 7, n. 12, p. 3-13, 2013. Disponível em: <http://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2013.712.01>. Acesso: 27 out. 2019.
- PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; DE CASTRO, I. R. R. de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, p. 99-106, 2011. Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100014](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100014). Acesso: 16 set. 2019.
- RIGO, N. Levain do zero ao pão assado. **Come-se**, São Paulo, 14 fev. 2017. Blogspot. Disponível em: <http://come-se.blogspot.com.br/2017/02/levain-do-zero-ao-pao-assado.html>. Acesso: 19 abr. 2018.



# **Tecnologias Sociais e suas relações com a Economia Solidária e Cultura Viva**





## **A CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO NO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA - PELOTAS/RS**

**Tema Gerador**

**Tecnologias sociais e suas relações com economia solidária e cultura viva**

**Coordenador(a) da atividade: Tiago DE GARCIA NUNES**

**Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)**

**Autores: Samantha V. ZSCHORNACK<sup>1</sup>; Solaine. GOTARDO<sup>2</sup>.**

### **Introdução**

O Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP) é um coletivo composto por cinco artesãs e foi constituído há aproximadamente cinco anos no interior da Associação Bem da Terra (ABDT), que consiste numa associação de fins não lucrativos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região sul do Rio Grande do Sul. Apesar de ser formado por trabalhadoras de empreendimentos da Associação Bem da Terra, o NP possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, no qual toda a gestão e organização do trabalho são determinadas pelas próprias trabalhadoras. Dessa forma também se configura como uma tecnologia social, onde o produto ou técnica que é desenvolvida junto e para a comunidade representa efetivas soluções de transformação social, além de ser de domínio coletivo. A ABDT nasceu como resultado direto de uma pesquisa-ação desenvolvida por trabalhadores dos empreendimentos e fundadores e pesquisadores extensionistas do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas / NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Neste sentido, o NP cumpre papel relevante, pois é o primeiro grupo a se estruturar como uma Organização de Trabalho Associado, que de acordo com Dal Ri e Vieitez (2001) configura-se quando um coletivo, detém a posse ou a propriedade de uma unidade econômica e controla a sua gestão. Desta forma, a OTA se estabelece com tarefas propostas a partir da articulação entre extensão universitária e iniciativa de projeto de pesquisa para proposição de uma coleção de artesanal alicerçada no trabalho associado. Em novembro de 2015 foi lançada a coleção Elementos da Terra, que reúne itens com destaque para a identidade e a flora local, cuja perspectiva é o resgate e preservação de traços regionais. O lançamento da Coleção simbolizou importante momento de superação coletiva. Entretanto, entre os anos de 2017 e 2018, o NP passou por um processo de reestruturação organizativa e, devido a redução do acompanhamento sistemático da incubação em virtude do término do projeto, além da evasão de significativo contingente de integrantes, a Coleção Elementos da Terra passou a ter dimensão secundária e as atividades produtivas assumiram caráter difuso. A prioridade voltou-se para a produção de artesanato de formato tradicional e a comercialização perdeu potencial e se manteve circunscrita ao mercado local. Além disso, nessa outra etapa de desenvolvimento, o NP também passou a produzir peças intimistas da marca Ella Produção Artesanal, voltadas ao público feminino como mais uma alternativa de produção em caráter coletivo. Também passou a

---

1 Samantha Vieira Zschornack, (aluna [Tecnologia em Design de Moda]).

2 Solaine Gotardo, (aluna [Psicologia]).



sediar a cooperativa Usina Feminista, baseada em economia solidária feminista, que garante a manutenção imediata da vida e promove formação visando a autonomia cidadã para mulheres. Ainda assim, coube uma análise do trabalho e da prática da autogestão no interior do Núcleo de Produção desde o seu princípio até os dias atuais, evidenciando fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos problemas apresentados. Para mais, demonstrou a contribuição da pesquisa e extensão universitária para a consolidação da Associação Bem da Terra como elemento primário no contexto da economia solidária.

### **Metodologia**

A pesquisa-ação, de natureza militante, orientou-se epistemologicamente, pelo materialismo histórico, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Foi realizada pesquisa de campo para articular dimensões qualitativas e quantitativas à investigação combinando-se a análise documental, audiovisual e eletrônica do empreendimento com entrevistas aplicadas às trabalhadoras que o integram. Para as entrevistas seguiu-se um roteiro estruturado com questões diretivas e não diretivas abertas aplicadas às trabalhadoras, abordando sobre a autogestão interna, organicidade, cooperação, autonomia, participação, disciplina, confiança, liberdade, participação político-econômica e mobilização política.

### **Desenvolvimento**

Na consecução do trabalho junto ao NP compreendemos que a pesquisa e a extensão universitária foram determinantes num duplo aspecto: - primeiro por contribuir na consolidação da Associação Bem da Terra; segundo por submeter, mediante demanda das produtoras, projeto de pesquisa junto ao CNPQ que obteve recursos para a preparação da coleção Elementos da Terra, como componente propulsor do NP. No desenvolvimento do processo foi possível inferir que a avançada faixa etária, somada a fruição de benefícios previdenciários e à falta de garantia de renda digna proveniente da OTA, apresentam-se como variáveis que não favorecem estruturas organizativas mais dinâmicas e intensas. Talvez, por esta razão, as trabalhadoras não se sintam encorajadas a dedicarem-se exclusivamente ao NP, desempenhando uma dupla função e acumulando as tarefas produtivas nos seus grupos de origem. A maioria significativa, em torno de 90% das entrevistadas manifestou que a Economia Solidária tem mais relevância política e de sociabilidade que econômica e esse indicador encontra algum relevo, pois no quinto ano de atividade produtiva o NP ainda não atingiu viabilidade econômica e os poucos recursos que compõem a sua receita são destinados a pagamentos de taxas e outras contribuições aos espaços de comercialização onde os produtos encontram-se expostos. As reuniões da produção e os processos deliberativos são realizados de acordo com a necessidade e as trabalhadoras mantêm o ateliê funcionando dois dias por semana. A incipiente produção é escoada principalmente nos canais de comercialização da Rede Bem da Terra – loja do mercado, feira virtual e feira itinerante. Em relação às práticas comunicativas, por se tratar de um coletivo recente e pequeno, a comunicação interna funciona basicamente por meio de uma rede social e alguns murais afixados no ateliê, que também exibem fotos e um breve histórico do NP. Além disso, algumas atividades do Núcleo são divulgadas no sítio e nos perfis de redes sociais da Associação. Quanto às práticas formativas, as trabalhadoras declararam não terem participado de atividades de formação técnica e/ou política nos últimos anos. No entanto, algumas entrevistadas registraram a ocorrência de atividades desta natureza, especialmente durante os momentos



iniciais da Associação Bem da Terra e, mais recentemente, nas ações de incubação empreendidas pelo NESIC/UCPel, que realizou cerca de 20 oficinas com vistas ao desenvolvimento técnico e produtivo do coletivo.

### **Considerações Finais**

Na sociedade sob domínio do Capital, enquanto seu sociometabolismo alcançar todas as esferas da vida, não há autogestão plena, da mesma forma que não é possível contemplar uma nova consciência dos trabalhadores. Nessas circunstâncias, as experimentações autogestionárias nos empreendimentos podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no âmbito interno das experiências com a eventual socialização dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas.

Em relação aos componentes relativos à autogestão interna, identificamos limitadas perspectivas reflexivas sobre o que venha a ser a autogestão, seja de forma direta, como autonomia ou como autodeterminação; a fragilidade dos indicadores revela a debilidade política do empreendimento.

O convênio governamental estabelecido pelo NP possibilitou a aquisição de maquinário e recursos tecnológicos que possibilitarão uma produção apta a gerar renda às trabalhadoras. Contudo, se a renda não vier acompanhada de um salto político, será mais uma, dentre tantas experiências orientadas unicamente para a sobrevivência dos seus integrantes. Assim, o fortalecimento da organicidade da organização é tarefa urgente e necessária e deve ser trabalhada no plano da formação tanto técnica quanto política.

### **Referências:**

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Cândido, Giraldez. Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação: Reformas e Rupturas. In: NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo Leme. (orgs.) Trabalho, Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XXI. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

MARX, Karl. O capital. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. O Marxismo de Istvan Mészáros. Portal do Fórum de Direitos Humanos e da Terra /FDHT-MT <<https://direitoshumanosmt.blogspot.com/2011/09/o-marxismo-de-istvan-meszoros.html>> acesso em 22 mar. 2019).

NASCIMENTO, Cláudio. As lutas operárias autônomas e autogestionárias. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.

NOVAES, Henrique. T. (Org.). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



## A PRAXIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA FRENTE A UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS

**Tecnologias sociais e suas relações com economia solidária e cultura viva**

**Aline Mendonça dos SANTOS**

**Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)**

**W.B. ALDRIGHI<sup>1</sup>;**

### **Introdução**

A Economia Solidária possui um conjunto de princípios que superam as relações predominantes no mundo do trabalho das economias capitalistas e, dialogam com alguns daqueles encontrados nas comunidades terapêuticas. De acordo com o Código de Ética da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, o trabalho desenvolvido nelas deve se basear no respeito à dignidade da pessoa humana (FEBRACT, 1999).

A Casa Amor Exigente (CAEX), localizada no município de Pelotas, é uma comunidade terapêutica vinculada a Arquidiocese do município e atende aproximadamente 40 dependentes químicos em recuperação. A partir de abril de 2019, iniciou-se um projeto de Extensão com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo foi elaborado a partir de uma demanda apresentada pelos administradores da Comunidade junto ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), (NUNES et. al 2019).

A CAEX realiza a condução do processo de tratamento baseada nos princípios da Disciplina, Espiritualidade e do Trabalho. Através da laborterapia, associada ao projeto de extensão em curso, a comunidade vem desenvolvendo na sua área de produção agrícola transformações em aspectos produtivos e vislumbrando uma área de produção que respeite e aplique os princípios da Agroecologia (GLIESSMAN, 2008)

A Economia Solidária representa o meio organizativo para a produção, que assegure um processo inclusivo, participativo e que respeite as peculiaridades dos dependentes em tratamento. Além disso, fundamental salientar, num momento *a posteriori* como uma alternativa de geração de renda àqueles que possam vir a necessitar.

O presente trabalho tem como objetivo discutir as atividades que vem sendo desenvolvidas no projeto de Extensão intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno”, a partir das práxis da economia solidária e da agroecologia.

---

<sup>1</sup> William Borges Aldrighi, Mestrando no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA)/UCPel; Bolsista Técnico de Extensão no Núcleo de Economia Solidária e Incubadora de Cooperativas (NESIC)/UCPel.



## **Metodologia**

O presente trabalho trata de um projeto de Extensão financiado pelo CNPq e executado pelo Núcleo de Economia Solidária da UCPel junto à Comunidade Terapêutica CAEX e foi realizado a partir de uma pesquisa documental e as informações coletadas do projeto escrito, ora em curso. Foram levantadas as informações que correspondem às metas e objetivos previstos. Está sendo realizada a observação participante pelo proponente, através da imersão direta no objeto do trabalho que consiste em uma comunidade terapêutica localizada em Pelotas (GIL, 2008). Essa imersão permitiu gerar notas de campo e relatórios que serviram como ferramentas auxiliares à escrita.

## **Desenvolvimento**

Iniciada a execução do projeto, uma série de transformações vem ocorrendo na área de produção da comunidade terapêutica, gerando perspectivas futuras para além do aspecto produtivo. A agroecologia e a Economia Solidária têm as suas matrizes atravessadas por um conjunto de princípios que dialogam de forma interdisciplinar e multidimensional (LACERDA, 2007). A agroecologia trata não só dos aspectos produtivos, mas também daqueles que estão rodeados e diretamente ligados aos sujeitos de determinado processo (ALTIERI, 1998).

Por isso, a intervenção na área de produção da CAEX vem acontecendo a partir de um conjunto de ações que tratam: a) técnica, com a construção de estruturas, aplicação de práticas agroecológicas e utilização de tecnologias adequadas ao processo, fundamentais a autonomia; b) qualificação, através de oficinas e atividades práticas que permitam a inclusão e participação dos membros internos à comunidade; c) soberania e segurança alimentar, com a produção e procedência do alimento consumido no espaço de tratamento, através da sua produção; d) Sustentabilidade ambiental, econômica e social, tendo em vista os processos adotados na realização do trabalho; e) por fim, o desenvolvimento, entendido como um processo positivo, mas complexo, de transformação da realidade social de um determinado espaço, que inclui aspectos econômicos, sociais e ambientais.

As ações realizadas até então consistem em: planejamento e plano de atividades; avaliação parcial do projeto; quatro oficinas teóricas; oficinas práticas e conversas informais; aquisição de material para instalação de estufa para a produção de mudas; construção de estufa; aquisição de material para sistema de irrigação localizada; aquisição de ferramentas adequadas à produção hortícola; aquisição de insumos agroecológicos. As oficinas teóricas tiveram como tema central: O NESIC; a economia solidária como forma de organização do trabalho; Nutrição e Segurança Alimentar; e a Agroecologia e suas bases. Além disso, as oficinas práticas foram desenvolvidas de acordo com as necessidades encontradas nos momentos das visitas à CAEX.

## **Considerações Finais**



As ações desenvolvidas pelo NESIC vêm correspondendo àquelas previstas no projeto escrito e por isso, contribuindo para com as atividades laborais dos dependentes químicos em recuperação, assim como, para o desenvolvimento da horta da comunidade, permitindo um novo olhar sobre os processos de organização e produção no local.

O projeto vislumbra a possibilidade de estabelecer a longo prazo, através da organização cooperativa, um empreendimento que possibilite a reinserção no mundo do trabalho e a geração daqueles que venham necessitar ou se interessar por tal.

Este projeto de extensão representa um instrumento importante, que trata dos desafios encontrados com sensibilidade, respeitando as limitações das pessoas inseridas no processo de recuperação e ao mesmo tempo propicia um processo de emancipação da autonomia através da participação.

### Referências

ALTIERI, Miguel. **AGROECOLOGIA: A DINÂMICA PRODUTIVA DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**. 5. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 1998. 117 p.

Federação Brasileira de Comunidades Terapeúticas (FEBRACT) (1999). **Código de Ética**. São Paulo, Brasil: FEBRACT.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

GLIESSMAN, Stephen R.. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ufrgs, 2000. 181 p. GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. A economia política da economia solidária: limites, desafios e possibilidades. In: BERGONSI, Sandra Suely Soares;

LACERDA, Gustavo Biscaia de (Org.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: Proec, 2007. p. 155-175.

NUNES, T. G.; SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M.; GOTARDO, S. e VITORIA, L. (2017). Rizoma Bem da Terra: rede de redes num circuito territorial de comércio justo no extremo sul do Brasil. Projeto de extensão. Pelotas: UCPEL. Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno 218 **Otra Economía**, vol. 12, n. 21, enero-junio 2019



# **OS DESAFIOS DO NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS (NESIC) JUNTO A COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA DO AMOR EXIGENTE (CAEX): A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DE UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA**

**Tecnologias sociais e suas relações com economia solidária e cultura viva**

**Coordenador(a) da atividade: Aline Mendonça dos SANTOS**

**Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)**

**Autores: Alexandre dos Santos de Lima<sup>1</sup>; Aline Mendonça dos Santos<sup>2</sup>**

## **Introdução**

Existem poucas experiências no Brasil da relação entre Economia Solidária (ES) e Comunidades Terapêuticas (CT), exemplos desta relação são mais recorrentes nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BARRETO, LOPES, PAULA 2013). Na área da saúde mental, tanto no CAPS, como em CT, a proposta da ES aparece como forma de inserção social pelo trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, o trabalho em si, na sua dimensão ampla e fundamental. Trata-se de uma condição em que o trabalhador decide por não vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção, o que caracteriza um trabalho alienado, típico das relações de exploração do trabalho em moldes capitalistas. Assim a ES, via o trabalho cooperado, autogestionário e solidário, sem a figura do patrão seria um espaço estratégico para a relação dos sujeitos com outras formas de produzir e viver. Durante o ano universitário europeu 2008, realizou estágio doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES - UC). Atualmente é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

O projeto em questão neste trabalho, intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno” é um dos projetos executados pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), com financiamento do CNPq.

## **Metodologia**

A Metodologia perpassa a realização de Oficinas com temática relacionada a Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Introdução sobre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Economia Solidária e Autogestão, outras. Além da busca do desenvolvimento de um quintal agroecológico e a construção de uma estufa para o desenvolvimento de mudas. O público-alvo da atividade são os residentes da Comunidade Terapêutica CAEX e os moradores do seu entorno. Como materiais utilizados podemos citar: retroprojetor e caixa de som para apresentação

<sup>1</sup> Alexandre dos Santos de Lima, graduado em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, bolsista de extensão CNPq no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas.

<sup>2</sup> Aline Mendonça dos Santos, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010).



das oficinas, bem como, as ferramentas e insumos para a produção e cultivo de hortaliças de forma agroecológica.

### **Desenvolvimento**

O projeto vem sendo uma das frentes de atuação do NESIC e pretende estar contribuindo para o desenvolvimento tanto da ação extensionista, como principalmente, para o tratamento dos residentes da CT, visando uma alternativa para a Inserção Social dos sujeitos, em melhores condições, por meio do trabalho cooperado. A partir da produção agroecológica, a geração de renda fica condicionada ao escoamento da produção e está, em síntese será feita através do desenvolvimento de um Empreendimento Econômico Solidário. Este empreendimento deverá estar ligado à Rede Bem da Terra e aos espaços de comercialização da rede. Estes espaços são as Feiras Presenciais Itinerantes junto aos campi da UCPEL, UFPEL e IFSUL seguindo calendário previamente estipulado, além da Feira Virtual Bem da Terra, uma ferramenta virtual para comercialização, hospedada no Portal Cirandas.net.

### **Considerações Finais**

Por tratar-se de um projeto em fase inicial de implementação, a maior parte dos objetivos encontra-se pendente. Porém, pode-se observar o avanço em algumas questões como a realização das Oficinas citadas anteriormente, o início da construção da estufa para produção de mudas de hortaliças e a fase inicial do quintal agroecológico.

Com o andamento do projeto tem-se a expectativa de que este possa estar contribuindo para o desenvolvimento tanto da ação extensionista do NESIC, como principalmente, para o tratamento dos residentes da CT, sobretudo no que se refere a inserção social dos mesmos numa perspectiva de alcance da autonomia através dos princípios da Economia Solidária como Autogestão, Sustentabilidade, Cidadania e Participação Social.

### **Referências:**

BARRETO, Raquel de Oliveira; LOPES, Fernanda Tarabal; PAULA, Ana Paula Paes de. **A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo**. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 41-56, jun. 2013. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172013000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005)> Acesso em: 27/10/2019. Equipe NESIC. Tecnologias Sociais, Economia Solidária,

Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno



# Extensão Universitária e Movimentos Sociais





## **COOPERAÇÃO SUL-SUL DO COMÉRCIO JUSTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE COLÔMBIA E BRASIL**

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

**COORDENADOR: ANTÔNIO CRUZ**

**UNIVERSIDAD FEDERAL DE PELotas (UFPEL)/ UNIVERSIDADE MILITAR**

**NUEVA GRANADA (UMNG-COL)**

**AUTORES: N. VARGAS<sup>1</sup>.**

### **Introdução**

A partir de as desigualdades do atual modelo econômico internacional, vem-se falando dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, cujos quais destacam a erradicação da pobreza e o cuidado ao meio ambiente como uma prioridade indiscutível. Não obstante, para conseguir os alcançar, apostamos por modificar as atuais regras comerciais e com isto poder influir positivamente na erradicação da pobreza, inclusive incrementando em maior medida a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

É por isso que o Comércio Justo age como um modelo comercial que tem como foco principal os seres humanos e a sustentabilidade social, econômica e ambiental das sociedades, dignificando o trabalho, respeitando o meio ambiente, e fomentando uma gestão responsável e sustentável dos recursos naturais (Fair Trade, 2019). Além de nos permitir visualizar um conjunto de economias dentro do mesmo hemisfério Sul-Sul por exemplo, através da Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores y Trabajadores de Comercio Justo (CLAC).

Portanto, o que se pretende com este projeto é analisar e descrever a importância e a necessidade, além dos benefícios da promoção das cooperações de Comércio Justo Sul-Sul, principalmente em dois países: Colômbia e Brasil, para que dessa maneira consiga-se diminuir de forma significativa as desigualdades, tanto dentro como fora de seu território, incentivar o desenvolvimento econômico e conservar sua ampla riqueza natural.

### **Metodologia**

Este será um projeto piloto de pesquisa bibliográfica e de fontes de dados secundários com enfoque analítico-descritivo. Que se desenvolve em quatro etapas: em primeiro lugar, apresentarei as características gerais do modelo de Comércio Justo, bem como de seus representantes na região de estudo (América do Sul), especificamente a Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabajadores do Comercio Justo (CLAC) e WFTO-LA. Como segunda medida analisarei qual é o estado da participação dentro do Comércio Justo, tanto da Colômbia como do Brasil, e sua posição dentro das zonas em que divide a região

---

<sup>1</sup> Natalia Yizeth Vargas Rojas, vínculo (aluno intercambista de Relações Internacionais)



diretamente CLAC, ressaltando os setores e atores mais importantes e sua situação socioeconômica. Em terceiro lugar, analisarei as vantagens, os desafios e qual tem sido o impacto econômico e social que deixou o modelo do Comércio Justo nestes países, para finalmente conseguir em um período mais prolongado desenvolver abordagens necessárias para estabelecer uma cooperação de Comércio Justo direta entre Colômbia e Brasil, contrastando com os estudos prévios.

## Desenvolvimento

Contempla-se nos resultados parciais que dentro do Comércio Justo, destaca-se uma rede encarregada de representar e promover os interesses, o empoderamento e o desenvolvimento dos seus membros e suas comunidades em latino-americana e do Caribe, conhecida como CLAC; esta conta com quatro categorias: moda, lar, presentes e comida; sendo esta última subdividida em sete redes: café, banana, cacau açúcar, mel, quinoa, frutas secas e sucos. Dos quais participam tanto Colômbia como Brasil em produtos específicos.

Brasil é líder histórico na produção mundial de café e faz parte de diferentes associações de Comércio Justo, se destacando nos últimos anos, por seu grande investimento na tecnologia para oferecer produtos de alta qualidade, com o qual entrou no mercado dos cafés especiais, assim como também do suco de laranja, mel e frutas tropicais onde se destacam o mamão, a manga e o limão (CLAC, 2004). Ressalta como uma integrante chave na zona do Cone Sul, no entanto, apesar de ter uma economia agrícola tão variada o superam neste modelo países como Peru e Equador enquanto ao crescimento de suas exportações e maior número de empresas certificadas (WFTO-LA, 2016).

Entretanto, apesar de suas exportações dependerem principalmente de Soja, (US\$ 25,9 mil milhões), minerais de ferro e seus concentrados (20, 1 mil milhões), petróleo cru de petróleo ou minerais betuminosos (17,4 mil milhões) e cana de açúcar (11,4 mil milhões). (Simoes & Hidalgo, 2011). Nenhum de seus produtos agrícolas foram impulsionados a participar dentro de uma rede de CLAC ou de outras redes do International Trade, ao menos uma política de Estado específica para isso.

Em contra partida, Colômbia é o país a nível mundial com maior número de plantações certificadas pela Fair Trade, em sua grande maioria plantação de banana. Bem como se conhece que Asprocafé Ingrumá foi a primeira associação de pequenos cafeicultores que conseguiu ingressar ao Comércio Justo na Colômbia, (WFTO-LA, 2016). Destacando que o café é um dos principais do país representando o ingresso de aproximadamente US\$2,7 mil milhões (SIMOES & HIDALGO, 2011).

Além disso, é importante ter em conta o atual processo de paz que afronta Colômbia, especialmente o acordado enquanto à restituição de terras e os trabalhos adiantados para a erradicação de cultivos ilícitos, para que sejam substituídos por sementes de produção agrícola. Curiosamente as zonas afetadas pelo conflito, resultam ser de grande riqueza e produção agrícola, como o Urabá um grande produtor de banana, um dos produtores estrela de Colômbia no marco Fair Trade.

Por outro lado, se mostra fundamental neste processo a sociedade civil dentro da convergência entre produtores e instituições públicas; infelizmente até o momento a América Latina não é um exemplo disso, pois embora existam muitas organizações de Comércio Justo, com suas redes nacionais e articulações regionais, os consumidores não estão bem organizados, nem familiarizados com as propostas e práticas de consumo responsável. Ao mesmo tempo, são muito poucas as entidades



que se dedicam ao Comércio Justo e ao consumo responsável; quase não existem lojas de Comércio Justo.

### Considerações Finais

Tanto na Colômbia como no Brasil, até o presente momento apresenta-se uma convergência entre a sociedade cível e políticas públicas, que trouxeram diferentes dificuldades em relação a sua implementação sobretudo em aspectos logísticos e de capital. Apesar disso ambos países se destacam dentro da região andina e no Cone Sul respectivamente, enquanto sua participação neste modelo de Comércio Justo.

Não obstante, o processo de pesquisa se encontra num desenvolvimento entre a etapa dois e três, pois está sendo feita uma revisão de fontes como o informe de Políticas Públicas para o fomento do comércio justo e solidário na América Latina os casos do Brasil, Equador e Colômbia, notícias e outros informes apresentados pelas páginas oficiais da Fair Trade, CLAC e WFTO-LA, entre outros, os quais nos ajudaram a estabelecer as primeiras bases para determinar as vantagens de uma cooperação Sul-Sul de economias justas e a integração de mais empresas públicas e privadas com os produtores e a sociedade.

### Referências

CLAC – Coordinadora Latinoamericana y del caribe de pequeños productores Y trabajadores de comercio justo. 2004. Disponível em: <http://clac-comerciojusto.org/>. Acesso em: 12 set. 2019.

FLO INTERNATIONAL. Fair Trade internacional. 2019. Disponível em: <https://www.Fair Trade.net/>. Acesso em: 12 set. 2019.

GOMES, Harold & OSES, Raquel. Políticas públicas para el fomento del comercio justo y solidario en América Latina: los casos de Brasil, Ecuador y Colombia. 2016. Disponible en: [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-5230\\_es.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5230_es.html). Acesso em: 15 set. 2019.

MENDONÇA, Haroldo. Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção. In: IPEA, Mercado de trabalho: conjuntura e análise (n. 49). Brasília, IPEA, 2011.

SIMOES, A, & HIDALGO, C. The Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence, 2011. Disponível em: <https://sellocomerciojusto.org/es/>. Acesso em: 23 set. 2019.

WFTO-LA . (2016). Oficina regional para Latinoamerica de la Organizacion Mundial de Comercio Justo. 2016. Disponível em: <http://www.wfto-la.org/>. Acesso em: 12 set. 2019.

IBAÑEZ, Veronica. (2010). me pregunto Qué es comercio internacional. Espaço: Amycos.



## **GRUPO DE GESTANTES COMO PRÁTICA SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM NO CUIDADOS COM O RECÉM- NASCIDO**

**Tema Gerador: A Extensão Universitária e os Movimentos Sociais;  
Coordenador(a) da atividade: FABIANE FERREIRA FRANIONI  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**Autores:**

**LOPEZ<sup>1</sup>; SILVA<sup>2</sup>; KICKHOFEL<sup>3</sup>; RODRIGUES<sup>4</sup>; FRANIONI<sup>5</sup>; LOPES<sup>6</sup>; PEREIRA<sup>7</sup>;  
MORAES<sup>8</sup>.**

[priflopez@hotmail.com](mailto:priflopez@hotmail.com)

**Palavras-chave:** Enfermagem; Gestação; Grupo de Gestantes.

### **Introdução**

O nascimento é um processo que se dá através do trabalho de parto e parto, estes são momentos essenciais na vida de uma mulher que podem vir juntamente com sentimentos distintos associados a aspectos emocionais como ansiedade, medo, angústias e mudanças nos vínculos afetivos, marcando assim a vida das parturientes, mas que depende de como sejam sentidas e percebidas particularmente. (CAUS *et al.*, 2012).

A chegada de um filho provoca mudanças em diversos aspectos na vida familiar. Além das modificações sentidas no corpo, a maternidade pode proporcionar modificações no contexto familiar oriundas da chegada de um bebê. Não raro, os genitores precisam encontrar recursos para lidar com essa situação nova. Esses recursos geralmente são buscados na rede de apoio social, que se configura na disponibilidade de pessoas significativas para proporcionarem suporte e ajuda no enfrentamento das diversas situações que possam

---

1 Priscila Fernandez Lopez. Acadêmica de Enfermagem do 8º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver. E-mail: [priflopez@hotmail.com](mailto:priflopez@hotmail.com)

2 Francielle Garcia da Silva. Enfermeira. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver.

3 Vitória Gargetti Kickhöfel. Acadêmica do 4º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante e Bolsista do Grupo Viver.

4 Débora dos Santos Rodrigues. Acadêmica de Enfermagem do 8º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver.

5 Fabiane Ferreira Francioni. Orientadora do Trabalho. Coordenadora do GRUPO VIVER MULHER. Doutora em Enfermagem, Servidora Docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG.

6 Pâmela de Almeida Lopes. Acadêmica de Enfermagem do 4º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver.

7 Mariana Saraiva Pereira. Acadêmica de Enfermagem do 4º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver.

8 Isadora Gauterio de Moraes. Acadêmica de Enfermagem do 4º semestre do curso de Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande. EENF/FURG. Integrante do Grupo Viver.



desencadear estresse ao longo dos processos de transição do desenvolvimento humano (ZANATTA; PEREIRA; ALVES, 2018). Essas mudanças afetam principalmente as mães que tem a influência de fatores sociais, físicos, emocionais muito mais acentuada que o pai.

O medo do novo, da responsabilidade, de não saber o que fazer ou de como reagir frente a certas situações, são alguns dos medos que apavoram a vida da grande maioria dos pais, principalmente os de primeira viagem. O apoio de familiares, amigos e bons profissionais, bem como participar de grupos terapêuticos de educação para a saúde com pessoas que vivenciam situações parecidas, faz toda a diferença para que esse percurso gravídico-puerperal seja o melhor e mais leve possível.

A abordagem grupal do curso de gestantes é uma forma de promover a compreensão do processo de gestação, sendo também uma boa ferramenta para a promoção de saúde, pois as mulheres estão abertas à receber informações, na maioria das vezes vão acompanhadas pelo companheiro ou algum familiar incentivando a interação e participação paterna ou familiar, também é uma excelente abordagem devido as gestantes terem a oportunidade de relatar vivências e conhecimentos e também ouvir das outras participantes seus relatos. (VASCONCELOS *et al.*, 2016).

A percepção de que o enfermeiro, por meio do cuidado como prática social, é capaz de contribuir para o desenvolvimento social que têm a ver com a ampliação dos espaços e oportunidades reais dos seres humanos desenvolverem suas potencialidades, constitui-se, na atualidade, uma importante estratégia de inclusão social. Os grandes indutores de mudanças sociais nasceram da consciência crítica e visão de mundo, de estratégias inovadoras, projetos ou organizações sociais propositoras de novas metodologias de intervenção social. (BACKES; ERDMANN, 2019).

Assim, este trabalho tem como **objetivo** relatar a experiência de acadêmicas de enfermagem que participam do Grupo/Curso de Gestantes com a temática “Cuidados com o recém-nascido”. Este grupo/curso é um dos projetos de extensão que são executados pelo Programa Viver Mulher.

### **Metodologia**

Relato de experiência das acadêmicas do curso de enfermagem da Universidade federal do Rio Grande (FURG) sobre o Grupo/Curso de gestante com a temática “Cuidados com o Recém-Nascido”. Ocorre na cidade de Rio Grande-RS, todas as terças-feiras as 19h na área acadêmica do Hospital Universitário (HU), aberto a todas as gestantes do município e seus acompanhantes. São um total de onze temas e a cada terça-feira um assunto diferente é ministrado. É anunciado em um grupo fechado do Facebook o assunto da próxima semana, assim as gestantes têm a oportunidade de pensar em perguntas e esclarecer dúvidas relacionadas ao assunto que será abordado.

As apresentações dos temas são realizadas por acadêmicos ou profissionais da área referente ao assunto. A temática “Cuidados com o Recém-Nascido” tem como responsáveis duas enfermeiras e duas acadêmicas de enfermagem.

### **Desenvolvimento**

O tema é ministrado por uma enfermeira a qual aborda aspectos relacionados aos cuidados com o recém-nascido (RN), conforme se percebe a necessidade de abordar algum assunto com mais intensidade, devido ao grande número de perguntas ou interação maior do grupo, se faz ajustes na apresentação para que as próximas apresentações fiquem mais completas e esclarecedoras possíveis.

Os assuntos abordados nessa temática vão desde a amamentação, os fatores que afetam a produção do leite, a importância das vacinas e quais doenças que previnem, os testes feitos no hospital e os que deverão ser realizados posteriormente a alta, as principais razões do choro do RN e o que podemos fazer para evitar tais desconfortos, os tipos de choro do bebê segundo o método de Priscilla Dunstan, onde é mostrado um vídeo que a especialista



explica os diferentes tipos, para que ajude os pais a identificar a linguagem dos seus RNs, as maneiras para acalmar os bebês; a importância de ensinar o bebê a dormir e não apenas fazê-lo dormir, para que ele compreenda a hora de dormir e aprenda a dormir posteriormente sem a ajuda dos pais, evidenciando a importância dos pais estabelecerem uma rotina para a chegada do novo membro da família. Além disso, discute-se sobre as principais mudanças que a família geralmente enfrenta e o que fazer, baseado em estudos, para tornar a nova rotina menos estressante, dicas para a hora do banho incluindo o melhor horário, os produtos de higiene indicados. Nesse momento é proposta uma dinâmica com os pais para simularem o banho em uma boneca, onde juntos vão sendo orientados sobre como realizá-lo de forma efetiva, rápida e segura. Explica-se também os cuidados com o coto umbilical, quais os produtos que devem ser usados, esclarecer mitos e abordar antigas práticas que antes eram usadas, consideradas adequadas e que hoje estão em desuso, para que as gestantes compreendam as diferenças.

A partir dessas práticas, percebe-se que os pais estão cada vez mais participativos e presentes no Grupo/Curso, interagindo por vezes igualmente ou até mais do que as próprias gestantes. Mesmo que poucas mulheres participem do grupo sem acompanhantes, a grande maioria delas vão acompanhadas dos seus parceiros, outras da mãe, familiar ou alguma amiga. São abordados todos os aspectos que envolvam os cuidados com o RN, entretanto quando há maior interação do grupo ou suscitam algumas dúvidas referentes à temática, os integrantes procuram responder e esclarecer sobre o assunto em questão para que nenhuma gestante ou acompanhante saia sem um entendimento claro.

#### **Considerações Finais**

Participar do Grupo/Curso de Gestantes tem nos proporcionado grande evolução no processo de ensino-aprendizagem e qualificação de nossa assistência enquanto futuras enfermeiras e cidadãs comprometidas com a sociedade. O fato de ter contato com essas mulheres fora do âmbito dos serviços de saúde faz com que seja possível identificar suas maiores dúvidas e temores de maneira simples e objetiva, a fim de realizar intervenções efetivas. Além de tudo, nos sentimos ainda mais próximas da realidade dessas gestantes. Outrossim, tal ação vem contribuindo significativamente para nossa formação profissional como futuras enfermeiras. Percebemos a necessidade eminente da atuação da Enfermagem em diferentes contextos sociais, interagindo e promovendo qualidade de vida e saúde frente às desigualdades sociais. A descoberta constante de novas habilidades inovadoras e criativas de intervenção social vem sendo considerada na promoção da saúde da mulher em seu ciclo gravídico puerperal, através da instauração de novos espaços, como o Grupo/Curso de Gestantes, desenvolvido socialmente por meio do ensino, pesquisa e extensão no Programa Viver Mulher.

#### **Referências**

1. CAUS, E.C.M.; SANTOS, E.K.A.; NASSIF, A.A.; MONTICELLI, M. O processo de parir assistido pela enfermeira obstétrica no contexto hospitalar: significados para as parturientes. 2012; [S.l.]: **Esc. Anna Nery**, v.16, n.1, p.34-40.
2. ZANATTA, E; PEREIRA, C.R.R; ALVES, A.P. A experiência da maternidade pela primeira vez: as mudanças vivenciadas no tornar-se mãe. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 13, n. 1, p. 1-16, 2018.
3. VASCONCELOS, M.I.O; CARNEIRO, R.F.C; POMPEU, R.F.F; LIMA, V.C; MACIEL, J.A.C. **Intervenção educativa em saúde com grupo de gestantes**: Estudantes de enfermagem em ação extensionista no interior do Ceará. *Expressa Extensão*. Pelotas, v.21, n.2, p. 108-118, 2016.
4. BACKES, D.S; ERDMANN, A.L. Promovendo a cidadania por meio do cuidado de enfermagem. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v. 62, n. 3, p. 430-434, June 2019.



## **PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR QUINTA SUPERAÇÃO: diálogos e resistência em um cenário de mudança.**

**A extensão universitária e os movimentos sociais**

**Coordenador(a) da atividade: Daiane FERREIRA**

**Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

**Autores: D. FERREIRA<sup>1</sup>; E. PEREIRA<sup>2</sup>.**

### **Primeiras Palavras**

O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas reflexões que emergem do contexto Pré-Universitário Popular Quinta Superação (Quinta Superação), localizado na Vila da Quinta, Rio Grande/RS. O texto que segue aborda discussões sobre experiências vivenciadas neste contexto, como também dialogar sobre as práticas educativas e os desafios encontrados. Cabe ressaltar que, o Pré-universitário está vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior (PAIETS) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O Quinta Superação é formado por um grupo de sujeitos das camadas populares que sonham com o acesso a uma universidade pública e de qualidade. São educandos e educandas que buscam neste espaço a concretização do sonho de cursar o ensino superior. É fato que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) democratizou o ingresso das camadas populares ao ensino superior, no entanto, ainda é necessário enfrentar as situações limites frente a estrutura do capitalismo. É notório que, um percentual muito alto de jovens se insere muito cedo no mercado de trabalho, deixando para trás a continuidade dos estudos, isso é uma consequência da organização societária vigente.

A educação tem seguido um viés mercadológico e com isso jovens são vistos como mão de obra alienada para responder as demandas que surgem nesta lógica desigual e injusta colocada pelo capital. Na contramarcha desta organização o Quinta Superação esta alicerçado nos pressupostos da Educação Popular, buscando uma formação crítica, cidadã, com compromisso ético, político e social. O caráter popular que está enraizado neste contexto corrobora também para formação permanente do educador e da educadora que atuam neste espaço.

Ainda no que concerne a formação do educador (a), fica claro que este se dá pela sua prática, pelas reflexões e pelas responsabilidades que cada um (a) possui. A formação permanente é importante, pois possibilita que o educador aprenda sempre e aprende a aprender, e exige do educador mais sensibilidade. Deste modo, entendemos que a formação do educador se dê pela sua prática e é uma formação permanente, pois acontece em todos os espaços que o educador ocupa e com quem

---

<sup>1</sup> Daiane Ferreira Ferreira, doutorando do Programa de Pós-Graduação Educação e Ciências /PPGEC pela Universidade Federal do Rio Grande/ FURG

<sup>2</sup> Elaine Corrêa Pereira, docente do Instituto de Matemática, Estatística e Física pela Universidade Federal do Rio Grande/FURG



ele se relaciona. Freire (1996, p.23) já ressalta o fato de que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa”.

### **Diálogos e resistência em um cenário de mudança**

O processo de desqualificação da educação pública atinge diretamente as camadas populares. O que não podemos deixar de refletir, neste trabalho, é que todo esse movimento de redução de direitos e aniquilação da educação tem um propósito muito devasso que é fazer com que as classes populares continuem sendo subalternas da burguesia, sendo meros coadjuvantes desta história. Para combater isso, a Educação Popular é uma mediadora fundamental no que tange a democratização e o direito a educação.

A educação popular não é nem um nível de educação ou uma modalidade, mas é uma pedagogia antagônica, que subverte a lógica da educação bancária. Falar sobre a Educação Popular, neste modo, é falar sobre as pedagogias de Paulo Freire. Pedagogias estas que dialogam com os diferentes, os pobres, negros, quilombolas, indígenas, ou seja, dialoga com o povo, com o povo plural, que ainda luta por uma educação justa e igualitária. A Educação Popular é uma concepção de educação e segundo Zitkoskis (2011, p. 14):

Como concepção de educação, contrapõe-se às concepções hegemônicas e vai sendo construída no acúmulo de experiências de organização das classes populares e nas lutas travadas por ela na busca de libertação do sistema opressor.

Em uma sociedade classista e desigual, onde a educação institucionalizada possui sérios problemas recorrentes como a falta de investimentos, se faz necessário que no contexto do Quinta Superação os educadores e educadoras tenham a dimensão da importância que é pensar e praticar uma educação com valores progressistas e humanitários. Nesse sentido, pensar na educação como instrumento político e de conscientização se dará pelas práticas e pedagogias que dialoguem com a Educação Popular. Para enfrentar o estado hegemônico é preciso ter um trabalho, como Freire já mencionava, de conscientização do sujeito. Isso acontecerá apenas quando os educadores pensarem na educação como um meio de libertação, fazendo dela um ato criador, portanto, os educadores (as) precisam ter uma consciência histórica.

Deste modo, o contexto do Quinta Superação percebido enquanto um espaço coletivo, possibilita aos educadores um olhar sobre a prática pedagógica que dialoga com as pedagogias de Paulo Freire e também possui um compromisso com a formação dos sujeitos que constituem este pré-universitário. Visando a emancipação dos sujeitos, rompendo com a lógica capitalista, possibilitando o protagonismo da sua própria história. É fundamental ressaltar que os Pré-Universitários Populares para além de possibilitar a inserção dos sujeitos na educação superior, possui também o compromisso social com a educação, um compromisso que possibilita romper com a ideologia desumanizadora e permita que o sujeito se perceba enquanto cidadão crítico e participativo podendo assim, agir sobre a sociedade, transformando-a.



### **Algumas considerações**

O Pré-universitário Popular Quinta Superação é um espaço que não se configura apenas como uma ferramenta que possibilita educandos e educandas da classe popular ingressarem no ensino superior, mais também é um espaço de diálogo e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo. É neste viés, que compreendemos este contexto como um espaço de combate as formas de dominação hegemônica pois é por meio da educação enquanto ação emancipatória que conseguiremos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Referências**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter (org). **Educação Popular e práticas emancipatórias: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.



## **PROJETO DE EXTENSÃO: “MINHA TERRA TEM PALMARES ONDE VIVE O MERGULHÃO” – ARTESANATO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SABER E RENDA**

**A Extensão Universitária e os Movimentos Sociais**

**Coordenador(a) da atividade: Ligia DALCHIAVON**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)**

**Autores: L. DALCHIAVON<sup>1</sup>; B. C. BOTELHO<sup>2</sup>; L. M. RODRIGUES<sup>3</sup>.**

### **Introdução**

O projeto de extensão “Minha terra tem palmares onde vive o mergulhão’ – artesanato, cultura e produção de saber e renda” tem por característica desenvolver junto à comunidade do município de Santa Vitória do Palmar - RS ações de capacitação profissional, valorização e resgate do artesanato local. Nasce com o intuito de fortalecer a cultura, a história e as artes desenvolvidas no município por ver o artesanato como fator de desenvolvimento social, econômico, cultural e de pertencimento e, também, como promotor de desenvolvimento da atividade turística.

A proposta tem como justificativa a necessidade do compartilhar o conhecimento com a comunidade de forma a melhorar a interação da Universidade com a sociedade, aliado à ampliação do campo do conhecimento discente, uma vez que o bacharel em turismo estará apto a elaborar, planejar e executar projetos que promovam a valorização e a salvaguarda do patrimônio de uma localidade. A ação realiza-se pela necessidade de capacitar e empoderar a comunidade, principalmente a de baixa renda, para participar da rede que estrutura o turismo como atividade cultural, econômica, inclusiva e social.

O objetivo geral do projeto busca valorizar os saberes e fazeres do artesanato; fortalecer o sentimento de pertencimento e a identidade da população santavitoriense. Os objetivos específicos estruturam-se em promover atividades que primem pela construção do conhecimento, pela capacitação profissional, pela educação e pelo lazer; fortalecer a cultura, a história e as artes desenvolvidas no município; trabalhar a importância da cooperação e compartilhamento do conhecimento dos saberes locais; realizar roda de conversa entre os artesãos locais; discutir a importância do envolvimento da comunidade dos artesãos no processo turístico.

### **Metodologia**

Para a realização do projeto a metodologia proposta integrar procedimentos de coleta de dados com a comunidade dos artesãos do município; a realização de entrevistas com a comunidade envolvida, através de trabalho de campo nas comunidades participantes para identificar os artesãos; realização de uma roda de conversa entre os artesãos para promover a troca de saberes e a exposição das técnicas desenvolvidas.

---

<sup>1</sup> Ligia Dalchiavon, docente do curso de Turismo – ICHI - FURG

<sup>2</sup> Brenda Cruz Botelho, aluna do curso de Turismo – ICHI - FURG.

<sup>3</sup> Larissa Martins Rodrigues, aluna do curso de Turismo – ICHI - FURG.



A população abrangida pelo projeto abarca os artesãos do município de Santa Vitória do Palmar, em especial às comunidades localizadas no entorno do Campus da FURG, dos bairros Coxilha, Pinhos e Vila Nova. A atividade de trocas de saberes e exposição das obras confeccionadas; a roda de conversa e de capacitação acontecem no Campus da FURG, em Santa Vitória do Palmar.

### **Desenvolvimento**

O projeto abrange atividades que visam o ensino uma vez que ao planejar e realizar as atividades propostas, os acadêmicos aplicarão e compartilharão os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de Turismo. A pesquisa acompanha todo o processo de identificação da população artesã de Santa Vitória do Palmar, bem como todo o desenvolvimento do processo metodológico e a estruturação das atividades que caracterizam o projeto. A extensão materializa-se através das ações que aproximam a Universidade e a comunidade artesã local permitindo a integração entre os indivíduos e o compartilhar de seus saberes. A avaliação das ações acontece, primeiramente, com a avaliação dos participantes através de formulário onde manifestam a sua avaliação das atividades, podendo apresentar críticas e sugestões, bem como a indicação de novas ações. Em um segundo momento, pelos os integrantes e proponentes das ações em reunião com o grupo de trabalho.

O projeto encontra-se em andamento, tendo realizado as etapas de coleta de dados e inventariação dos artesãos; realização do primeiro contato e da divulgação da roda de conversa; realização da primeira roda de conversa.

### **Considerações Finais**

O público presente na primeira roda de conversa contou com a presença de 22 artesãos os quais, além de trocar conhecimento de suas técnicas de trabalho, puderam expor as dificuldades na produção e comercialização de seus produtos; obter informações da relação do turismo com o artesanato e a importância da atividade para o desenvolvimento e preservação da cultura e dos saberes locais. Além de participar do questionário para se levantar as características dos artesãos do município. O projeto comprometeu-se em realizar uma segunda roda de conversas, a qual ainda não aconteceu. Os dados coletados no questionário aplicado, encontra-se em tabulação e análise.

### **Referências:**

BRASIL. MTUR. *A importância do artesanato para o Turismo*. Brasília, 2016. Disponível em: [www.turismo.gov.br/chamadas/6032-a-import%C3%A2ncia-do-artesanato-para-oturismo.html](http://www.turismo.gov.br/chamadas/6032-a-import%C3%A2ncia-do-artesanato-para-oturismo.html). Acessado em dez.17

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.



## **AÇÕES DE EXTENSÃO DO GRUPO PET TURISMO: PET SOCIAL E SEU DIÁLOGO COM A COMUNIDADE**

### **Tema 3 - A Extensão Universitária e os Movimentos Sociais**

**Coordenadora da atividade: Ligia DALCHIAVON**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)**

**Autores: B., VARGAS<sup>1</sup>; L. DALCHIAVON<sup>2</sup>; T., OLIVEIRA<sup>3</sup>.**

#### **Introdução**

O Programa de Educação Tutorial – PET é desenvolvido por grupos de estudantes, sob tutoria de um docente, organizados a partir de formações de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, orientados pelo princípio do ensino, pesquisa e extensão. O grupo PET TURISMO tem o objetivo de viabilizar a qualificação de estudantes e docentes do Curso de Bacharelado em Turismo, no Campus Santa Vitória do Palmar, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O presente resumo expõe as atividades desenvolvidas pelo projeto PET Social nos anos de 2017, 2018 e 2019 que tem como principal objetivo demonstrar a importância de projetos sociais. Assim, como a importância dos trabalhos de extensão.

#### **Metodologia**

Para a realização do projeto PET Social, a metodologia proposta integrar procedimentos de coleta de dados com a comunidade sobre locais ou atividades. Os planejamentos das ações são organizados na reunião semanal do Grupo PET Turismo. A metodologia utilizada neste trabalho é de abordagem participante, descritiva e trabalho de Campo. Para a construção do resumo e da avaliação das ações, bem como sua divulgação, são gerados relatórios narrativos das atividades desenvolvidas pelo coordenador de cada atividade. As ações são divulgadas através do Jornal Viajando, publicação do Grupo PET Turismo e na rádio local. O projeto PET Social do Grupo PET Turismo tem como público alvo a comunidade santavitoriense e a do Campus de Santa Vitória do Palmar, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

#### **Desenvolvimento**

As atividades sociais vêm com o intuito de minimizar determinada carência social. Um projeto social tem como princípio ajudar o próximo com o objetivo de mudar a realidade existente. Segundo o guia de elaboração de projetos sociais feito pelo Ministério da Cidadania do Governo Federal, projetos sociais...

“... nascem do desejo de mudar uma realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre

<sup>1</sup> Bruna Catarina Machado Vargas, aluna do curso de Turismo, bolsista do Grupo PET Turismo – ICHI - FURG

<sup>2</sup> Ligia Dalchiavon, docente do curso de Turismo, Tutora do Grupo PET Turismo – ICHI - FURG

<sup>3</sup> Thayele Oliveira, aluna do curso de Turismo, bolsista do Grupo PET Turismo – ICHI - FURG



uma determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para um outro mundo possível” (STEPHANOU, MÜLLER e CARVALHO, 2013 p.11).

Projetos de extensão são projetos feitos para a comunidade localizada no entorno da Universidade com o intuito de aproximar comunidade e Universidade. Segundo Roberto Leal e Silva filho, a extensão pode ser entendida:

“... como uma ampla variedade de ações projetadas e montadas pela IES ou por um de seus setores, utilizando seus meios físicos e de recursos humanos, para oferecer à sociedade serviços que vão além de cursos formais regulares que fornecem diplomas de graduação, títulos de mestres e doutores e de atividades regulares de pesquisas científicas e tecnológicas e criações culturais de fronteira, mas que tenham impacto direto no desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural desta sociedade” (LEAL, SILVA, 2001, p.2).

Sabendo da necessidade e da importância do trabalho social e das ações de extensão, o Grupo PET Turismo formulou um projeto denominado PET – Social que tem o objetivo de atender as demandas tanto de dentro da comunidade Universitária quanto da comunidade externa. Sendo os principais atores desta atividade os Petianos do PET Turismo.

O PET Social foi criado pelo grupo PET Turismo em 2016. Este projeto é desenvolvido com a intenção de auxiliar a sociedade Santa Vitoriense, assim como trazer uma maior integração e visibilidade do grupo na comunidade. O projeto visa trabalhar com a sociedade e em prol da sociedade.

Cada ação desenvolvida pelo grupo PET Turismo, através do PET Social é de responsabilidade de um petiano previamente designado. Assim, como nos demais projetos, o responsável pelo PET Social apresenta determinada demanda ao grupo e com a aprovação de todos é feita uma reunião para pensar em conjunto uma atividade a ser desenvolvida. Com a atividade pronta os petianos entram em ação, de acordo com o que ficou programado.

As ações do PET Social são diversificadas, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas: PET SOCIAL – ATIVIDADE CRAS e CASA DO IDOSO - Relato do petiano responsável, Guilherme Vieira: No ano de 2016 integrantes do grupo fizeram arrecadação e entrega de alimento não perecível na Capela São Francisco e no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Posteriormente, com a realização de oficinas, onde a inscrição era um quilo de alimento não perecível, conseguiu-se outra leva de alimentos, possibilitando uma nova contribuição desta vez para a Casa do Idoso, no dia 07 de novembro de 2017. PET SOCIAL – ONG AMIGO DOS ANIMAIS - Relato da petiana responsável Viviane da Costa Farias: O Grupo PET lançou uma campanha em 16 de março de 2018, para arrecadações de roupas e objetos. Foram disponibilizadas caixas em alguns pontos de coletas no Campus FURG-SVP. Todos os itens arrecadados foram entregues para a ONG Amigos dos Animais, cuja sua representante é a voluntária Nádima Rodrigues Gonzalez. A entrega dos objetos arrecadados aconteceu no dia 16 de abril para a ONG. Os mesmos foram vendidos pelo brechó que a ONG possui para ajudar nas despesas que a ONG tem com os animais de rua, como castrações, compras de ração e medicamentos, pagamento do médico veterinário, entre outros. Foram contabilizados no total 236 peças. PET SOCIAL - CAMPANHA DESLACROU Relato do petiano responsável Murilo Colares: A campanha Deslacrrou foi um incentivo a coleta de tampas e lacres para fins sociais e possibilitar a



conscientização da reciclagem. As doações foram encaminhadas para instituições que fazem a venda e convertem o valor em cadeiras de rodas e leite para casas de idosos e hospitais. A campanha durou cerca de dois meses. O ponto de coleta ficou no saguão do Campus FURG-SVP e foram arrecadadas aproximadamente 1600 tampinhas e 8000 lacres. As tampinhas foram entregues para o Hospital Santa Casa de Misericórdia, de Santa Vitoria do Palmar e os lacres entregues à Associação de apoio a pessoas com câncer de Rio Grande. PET SOCIAL – VISITA A CASA DA VOVÓ Relato da petiana Brenda Conceição Botelho Cruz: O grupo PET Turismo realizou uma visita na Pousada da Vovó, no dia 22 de maio de 2019, Dia Nacional do Abraço. Localizada em Santa Vitória do Palmar/RS, a Pousada da Vovó é o lar de 35 idosos. Na visita, além dos abraços, foi oportunizado momentos de música e chá com biscoitos. E, também, muitas emoções e carinho ao grupo. O PET Turismo ter o privilégio de poder conviver com grupo de Idosos da casa, pessoas que só tem a nos acrescentar com suas experiências de vida e seu carisma. A ação, também contou com o apoio da fotógrafa e estudante de Eventos Luísa Catarino que se disponibilizou a registrar os momentos únicos.

### **Considerações finais**

O projeto PET Social tem muito ainda para desenvolver e integrar-se a comunidade. Observa-se que as atividades são de suma importância para a comunidade de Santa Vitória do Palmar e para o desenvolvimento e formação do petiano participante. O projeto tem trazido momentos de reflexão, interação, visibilidade e fortalecimento das relações humanas e sociais entre o grupo e a comunidade. Assim como, impacto positivo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos petianos. Busca-se o desenvolvimento de ações futuras para que este projeto se mantenha ativo e integrante para que, assim, seja possível contribuir para a construção de uma sociedade melhor e integradora.

### **Referências**

FURG. PET Turismo. Jornal Viajando. Edição nº 10; 2017.

FURG. PET Turismo. Jornal Viajando. Edição nº 11; 2017.

FURG. PET Turismo. Jornal Viajando. Edição nº 12; 2018.

FURG. PET Turismo. Jornal Viajando. Edição nº 13; 2018.

STEPHANOU, Luis, MÜLLER, Lúcia, CARVALHO, Helena. **Guia Para Elaboração de Projetos Sociais**. São Leopoldo: Sinodal 2a Edição, 2003.

LEAL, Roberto, FILHO, Silva. **A extensão universitária: definição, propósitos, estratégias e ferramentas**. 2001.



## **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES/AS BEM DA TERRA: ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO**

**A Extensão Universitária e os Movimentos Sociais.**

**Aline Mendonça dos Santos**

**UCPEL**

**L. FERNANDES RIBEIRO<sup>1</sup>; R. RAMOS LIMA<sup>2</sup>; A. MENDONÇA DOS SANTOS<sup>3</sup>.**

O presente trabalho consiste em compreender as dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo na Associação de Produtores/as Bem da Terra (BT). A associação de produtores Bem da Terra se constitui formalmente no ano de 2009 e se articula com base nas fundamentações da Economia Solidária (EcoSol). Defini-se EcoSol como o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) sob a forma de autogestão, formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) (OGANDO; GAIGER, 2009). Seus princípios mostram relações e construções horizontais, valorização do trabalho, autogestão. Deste modo como se dá a relação com o trabalho produtivo, este realizado em geral no espaço público e possui um retorno financeiro. No entanto, a EcoSol se relaciona também com o trabalho reprodutivo, não só por que esta economia tem a questão do cuidado intrínseca a sua perspectiva de reprodução ampliada da vida, como também é dinamizada em grande parte por mulheres que, historicamente, possuem uma responsabilidade orientada para o trabalho reprodutivo. Desta forma, a proposta aqui é compreender a relação com a EcoSol e seus princípios reflete no trabalho reprodutivo, aquele que busca a manutenção e cuidado da vida, a vida das mulheres.

<sup>1</sup> Luana Fernandes Ribeiro, bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas em 2018 e graduanda de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Bolsista no projeto de extensão pelo CNPq. luuhribs83@gmail.com

<sup>2</sup> Rovena Ramos Lima, bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas em 2018, atualmente realizando graduação em licenciatura pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense. Técnica no projeto de extensão pelo CNPq. rovenaramoslima@gmail.com

<sup>3</sup> Aline M. dos Santos, Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil. Pós Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – PT. Atualmente é professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas onde integra o Grupo de Pesquisa Emancipação e o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas– NESIC/UCPEL – Brasil. aline.santos@ucpel.edu.br.



Esta questão surge de um olhar atento das experiências vivenciadas através de atividades de extensão, pesquisa realizadas junto do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), mais especificamente junto a Associação de Produtores/as BT.

Trata-se, portanto, de um trabalho oriundo de um processo anterior, onde realizou-se um estudo junto da coordenação gestão 2017/2019 do BT no qual buscou-se compreender como a dinâmica da EcoSol implicava nas representações e atitudes das mulheres que estavam à frente da coordenação naquela ocasião. O resultado deste trabalho, mostrou que apesar de uma perspectiva diferenciada e mais crítica das mulheres frente ao cotidiano do trabalho e da casa, ainda há uma reprodução da lógica patriarcal e opressão de gênero. No entanto, sentiu-se necessidade de aprofundar esta reflexão com uma amostra mais ampla, uma vez tem-se claro que apenas as falas das coordenadoras configura uma amostra pequena do universo da Associação.

Essa é uma questão latente e necessária. Em uma análise da história da construção sociedade Engels (1984) apresenta que a primeira forma de opressão existente em nossa civilização foi a do homem sob a mulher, primeiramente na construção da família monogâmica. Isso se deu pela produção do excedente, gerando uma acumulação de riquezas dos homens, tendo as mulheres submissas a uma lógica de reprodução dos filhos e da monogamia. Estes a produção do excedente e a família monogâmica como fatores base na constituição do patriarcado, constituindo assim formas de opressão como divisão sexual do trabalho Posadas (1982), uma divisão socialmente construída e reproduzida pela sociedade que indica o papel do homem privilegiado e opressor frente o papel da mulher.

Assim sendo as mulheres do BT expressam dificuldades neste contexto do trabalho reprodutivo para desenvolver uma relação de trabalho na EcoSol. E poderia este processo junto a EcoSol contribuir a para as condições de emancipação das mulheres?

Para dar conta desta reflexão, a proposta metodológica deste trabalho implica numa pesquisa participante que envolve pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo que consiste num processo de observação participante junto às oficinas realizadas junto a Associação de Produtores/as BT no âmbito do projeto "Ampliação e consolidação do protagonismo das mulheres na



Rede Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário” em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia. Tratam-se de quatro oficinas que tem a questão de gênero como tema e que possuem como público alvo as mulheres trabalhadoras da Associação Bem da Terra.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonardo Nogueira; *et al.* **A relação de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal: apropriação da vida das mulheres.** Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/d1/d1a7e2cf-175d-4c94-bc17-d8d71143c62a.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2019.
- CESAIRE, Aimé, (1978). **Discurso sobre o colonialismo**, 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões. 2ª ed., 2015.
- CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade De Gênero, Classe E Raça no Trabalho Coletivo/Associativo.** Campinas-SP: Tese de doutorado UNICAMP, 2014.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Global, 1984.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany; OGANDO, Cláudio Barcelos. **A Economia Solidária e as desigualdades.** Rio de Janeiro, 2009.
- IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acesso em: 13 de março de 2019.
- POSADAS, J. **A libertação da mulher, a luta de classes e a revolução socialista.** In: MACHEL, S. *et al.* **A libertação da mulher.** 3. ed. São Paulo: Global, 1982. p.103.
- SANTOS, Aline Mendonça. (2010). **O movimentos de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular.** Rio de Janeiro: Tese de doutorado UERJ.
- \_\_\_\_\_. (2017). **A economia solidária no Brasil: avanços e contradições da organização popular.** In SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org). *As outras economias.* No prelo.